

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO

MAITÊ MENEGAZZO ALLEGRETTI

**AS INTERFACES DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E UM PROGRAMA DE
APRENDIZAGEM PROFISSIONAL**

São Bernardo do Campo
2009

MAITÊ MENEGAZZO ALLEGRETTI

**AS INTERFACES DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E UM PROGRAMA DE
APRENDIZAGEM PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Metodista de São Paulo como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Psicologia da Saúde

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Geralda Viana Heleno

São Bernardo do Campo
2009

MAITÊ MENEGAZZO ALLEGRETTI

**AS INTERFACES DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E UM PROGRAMA DE
APRENDIZAGEM PROFISSIONAL**

Banca examinadora:

Presidente – Profª Drª Maria Geralda Viana Heleno
(Universidade Metodista de São Paulo)

Titular - Profª. Drª. Marilia Martins Vizzotto
(Universidade Metodista de São Paulo)

Titular - Profª Drª Sandra Maria Galheigo
(Universidade de São Paulo)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde
Universidade Metodista de São Paulo
São Bernardo do Campo
2009

Dedico este estudo aos adolescentes e profissionais do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas, que tornaram possível compreender como o adolescente se percebe e percebe seu processo vivido durante a permanência no Programa de Aprendizagem Profissional; além de contribuírem para reflexões sobre o trabalho juvenil e permitirem melhores propostas de trabalho junto a essa população.

*“De tudo, ficaram três coisas: a certeza de
que estamos sempre começando...
A certeza de que precisamos continuar...
A certeza de que seremos interrompidos
antes de terminar...
Portanto devemos:
Fazer da interrupção, um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro...”*

Fernando Sabino

AGRADECIMENTOS

Só tenho a agradecer pelo início de uma longa caminhada a trilhar...

A Deus e a tantos outros amigos que estiveram ao meu lado e permitiram esse momento de conhecimento, crescimento, contato, dúvidas, reflexões e a certeza de que ainda tenho muito a aprender.

À coordenação e as equipes do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC, onde trabalhei, que desenvolvem importante trabalho junto aos jovens e suas famílias, dentre outras parcerias, pois considero importante passagem para minha formação profissional e acadêmica.

Aos adolescentes do COMEC que fazem deste espaço de construção de sentidos para suas vidas, porque puderam, por meio de relatos, contribuir para o presente estudo.

À minha orientadora Dra. Maria Geralda Viana Heleno que por muitos momentos possibilitou reflexões importantes para o meu trabalho, acompanhou passo a passo a construção desse projeto. Muito obrigada por me ajudar a chegar até aqui!

À Dra. Marília Martins Vizzotto, muito obrigada pelo apoio, pelas críticas... Pelo conhecimento adquirido seu lado!

À Dra. Sandra Maria Galheigo, que, desde há um tempo, incentivou - me a seguir na formação acadêmica e pôde me acompanhar neste momento.

A todos os professores e à coordenadora do Programa com quem estive envolvida nesta caminhada também.

À minha família que sempre me apoiou e participou, não apenas nessa pesquisa, mas também em diferentes e importantes eventos e conquistas importantes em minha vida.

Ao Thiago, grande companheiro e querido, que, no meio do caminho passou a fazer parte desta história, tornando-a muito melhor!

Às minhas amigas Janaína, Karine, Regina, Mariana, Sandra, Beth, Bel, amigas de muitos momentos, que também estiveram presente comigo nos momentos acadêmicos e na vida! E todos os demais amigos que fui conhecendo nesse período!

À Elisabeth e à Elisângela que, de forma muito organizada, estiveram prontas para me auxiliar em tudo o que precisei.

RESUMO

O trabalho desenvolvido com adolescentes, pensando na promoção de sua saúde, bem como em seu desenvolvimento saudável por meio de espaços que atendam suas necessidades, tem sido de responsabilidade também de organizações sociais. Em especial, quando se tem o objetivo de prepará-los para o mundo do trabalho, porém com uma proposta mais ampla, ou seja, como uma preparação para suas relações na vida, pela passagem de um processo de aprendizagem, de amadurecimento, por meio da construção de ações significativas para vida. Esta é a proposta do “Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC”, organização não governamental, que conta com um “Programa de Aprendizagem Profissional - PAP”. Sendo assim, esse estudo tem como objetivo caracterizar, por meio de prontuários, uma amostra de 280 adolescentes, compreender a percepção deles no processo vivido e identificar as expectativas na admissão, demissão e desligamento do programa - PAP. A pesquisa teve como participantes adolescentes de 14 a 17 anos, do gênero feminino e masculino, do ensino fundamental e médio (7ª série E.F até 3ª série E.M). Os formulários foram preenchidos em três momentos: primeiro quando o adolescente participava da seleção para ingressar no programa, segundo, quando ele iniciava o trabalho na empresa e no término do contrato do adolescente com o programa. Os resultados obtidos por meio dos prontuários dos adolescentes mostraram que a percepção que eles têm a respeito do programa é positiva. Perceberam-se sentimentos de medo, insegurança, alegrias e desejos a respeito das atividades que os preparam para a inserção no mercado formal de trabalho, e o quanto o acompanhamento pelo programa permite outro olhar para esta inclusão. Ainda que o trabalho juvenil não seja a solução para as necessidades econômicas de muitas famílias, o trabalho educativo tem sido visto como uma forma de permitir que o adolescente vivencie sua primeira experiência de trabalho, respeitando sua condição de pessoa em desenvolvimento. Porém, em alguns casos, acabam por contribuir de forma significativa no orçamento familiar.

Palavras-chave: promoção da saúde, adolescência, percepção, programa de aprendizagem profissional.

ABSTRACT

The work with teenagers, the idea being to promote their health, as well as their healthy development through spaces that meet their needs also have been the responsibility of social organizations. Especially when it is intended to prepare for the world of work, but with a broader proposal, or as a preparation for their relations in life, by the passage of a process of learning, development, through the construction of significant actions to life. This is the proposal of the "Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC", non-governmental organization, with a "Programa de Aprendizagem Profissional - PAP." Such being the case, this research has with objective to characterize, by means of records, a sample of 280 adolescents, understand the perception they have about the program and identify the prospects on admission and when they leave the program PAP. The study participants are adolescents from 14 to 17 years, female and male, the elementary and high school (7th grade to 3rd grade). The forms were filled in three times. First when the teenager involved in the selection to join the program. Second when he began the work in the company and the end of the contract with the adolescent program. The results obtained through the records of the adolescents showed that the perception they have about the program is positive. They understand feelings of fear, insecurity, happiness and wishes with regard to activities that prepare them for inclusion in the formal labor market and show how this monitoring program allows for another look at the inclusion of adolescents. While the youth work is not the solution to the economic needs of many families, the educational work has been seen as a way to let the adolescent experience their first experience of working with their condition of a person in development. But it is undeniable that in some cases, they contribute significantly to the budget of the family.

Key words : health promotion, adolescence, perception, learning program for training.

Lista de Figuras

Figura 1 - Organograma Funcional do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas.....	49
--	----

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Dados sócio-demográficos - Caracterização da população adolescente atendida no PAP.....	57
Tabela 2- Situação de moradia da população adolescente atendida no PAP.....	59
Tabela 3 - Situação de escolaridade da população adolescente atendida no PAP.....	60

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	09
Lista de Tabelas.....	10
1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. Adolescência.....	14
1.1.1. Enfoque psicossocial da adolescência.....	17
1.1.2. O adolescente e o mundo do trabalho.....	21
1.2. Percepção.....	30
1.2.1. Caráter histórico.....	30
1.2.2 A natureza da percepção.....	30
1.2.3. Percepção e personalidade.....	34
2. MÉTODO.....	35
Amostra.....	35
Materiais e Instrumentos.....	36
Procedimento.....	37
Local	
Apresentação da instituição.....	37
Programa de Aprendizagem Profissional – PAP.....	40
Lei 10.097/ 00 – Jovem Aprendiz.....	46
O contrato de aprendizagem.....	48
Análise de conteúdo.....	50
O campo da análise de conteúdo.....	51
Inferência.....	52
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	57
3.1. Análise quantitativa dos dados.....	57
3.2. Análise qualitativa dos dados.....	62
a) Experiência adquirida.....	63
b) Percepção dos adolescentes no momento da admissão e demissão/desligamento no PAP.....	66

c) Expectativas dos adolescentes no momento da admissão e demissão/desligamento do PAP.....	81
---	----

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
-------------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS.....	86
-------------------------	-----------

ANEXOS

Anexo I - Formulário do processo de seleção do Programa de Aprendizagem Profissional.....	90
---	----

Anexo II - Formulário para entrevista de admissão e demissão do Programa de Aprendizagem Profissional.....	98
--	----

Anexo III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	100
---	-----

Anexo IV - Parecer Comitê de Ética.....	101
---	-----

RESUMO.....	11
--------------------	-----------

ABSTRACT.....	12
----------------------	-----------

1. INTRODUÇÃO

O trabalho infanto-juvenil não acontece apenas nos dias de hoje, pois muitas crianças e muitos os adolescentes, no decorrer da história, vêm sendo tratados de uma forma que, em algumas vezes, não são respeitadas as suas condições de vida. Na infância, começa a vida e a preparação da criança, é quando desenvolvem-se as condições para que ela viva plenamente, preparando-a para as demais fases.

Ao considerarem as medidas de trabalho que vêm sendo desenvolvidas por instituições sociais regulamentadas, que discutem o trabalho feito com crianças e adolescentes, observa-se que elas têm trazido indagações em função das conseqüências que o trabalho acarreta no desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente (ALBUQUERQUE, 2003; GUIMARÃES; ROMANELLI, 2002; AMAZARRAY; THOMÉ; POLETTI; KOLLER, 2007). A inserção do adolescente no mercado formal e informal de trabalho tem crescido de forma rápida. Isso pode ser uma tentativa de resolução de problemas econômicos, sociais e políticos, que retratam um pouco a precarização do trabalho de uns em detrimento de outros. Enquanto os pais se encontram desempregados em casa, os filhos vão para o trabalho, como arrimo de família na tentativa de garantir uma forma de vida mais digna. Ou então, casos como os de pais que recebem uma renda inferior, insuficiente para manter as despesas da casa, fazem com que mais pessoas na casa procurem trabalho remunerado. O trabalho para os filhos tem sido visto como uma solução, aliás, mais do que uma solução, uma necessidade.

Em função dessa situação, algumas instituições têm desenvolvido um trabalho importante com família, adolescentes, escolas e empresas, objetivando o encaminhamento e/ou acompanhamento desses para o mercado formal de trabalho como é o caso do Programa de Aprendizagem Profissional – PAP do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC, 2007).

Os adolescentes do PAP chegam encaminhados pela rede de serviços, rede de ensino e pelo Programa de Liberdade Assistida e são encaminhados para empresas de Campinas, Paulínia e região, conveniadas à organização. De forma geral esses adolescentes aproveitam o espaço para investir em um novo projeto de vida.

Os atendimentos grupais, bem como atendimentos individuais (quando necessário) são oferecidos para que o adolescente se desenvolva não apenas para o mercado de trabalho, mas também para o mundo do trabalho, para a vida.

Sendo assim, o presente estudo busca conhecer uma amostra de adolescentes e compreender o trabalho desenvolvido na instituição a partir da percepção dos mesmos e suas expectativas durante o processo vivido.

Para isso, revisou-se a contribuição de autores que pensam sobre a adolescência, o adolescente e o mundo do trabalho; e posteriormente autores que trazem suas contribuições para compreensão da percepção humana. Em seguida, foi feita a apresentação da instituição e de forma mais específica do Programa de Aprendizagem Profissional, por ser ele o objetivo da pesquisa em questão.

1.1. ADOLESCÊNCIA

O termo “adolescência”, etimologicamente, é derivado do verbo latino *adolescere* (*ad* – para e *olescere* – crescer), que nesta condição encontra-se implícito o processo de crescimento, apontando para as mudanças que começariam com o início da puberdade e terminariam quando as responsabilidades adultas fossem assumidas (MUSSEN; CONGER; KAGAN; HUSTON, 1995).

Segundo Moujan (1971) a adolescência não apresenta uma unidade definida com precisão. É um período do desenvolvimento que mostra decisivas etapas grosseiramente diferenciadas em períodos, como: a puberdade, adolescência propriamente dita e final. Em outras palavras, podem ser explicados como: período de luto, processo de uma crise de identidade, desenvolvimento libidinal e integração genital. O período de desenvolvimento final neste caso seria o pensamento adulto ou também formação de papéis sociais.

A Organização Mundial da Saúde define “adolescência” como a fase do desenvolvimento compreendida entre os 10 e 19 anos, critério adotado no Brasil, pelo Ministério da Saúde e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2000).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei federal de 13 de junho de 1990, criou condições para assegurar à criança e ao adolescente o cumprimento dos direitos presentes na Constituição de 1988. O Estatuto tem como objetivos: garantir à criança e ao adolescente formas seguras e educativas compatíveis com o seu desenvolvimento psicológico, físico e social; defendê-los da exploração nas relações do trabalho; e estabelece que crianças e adolescentes são cidadãos e sujeitos de direito em fase de desenvolvimento e, por isso, não tem condições plenas para fazer seus direitos ou a própria sobrevivência, necessitando da proteção da família, do Estado e das organizações sociais. Para o estabelecimento de faixa

etária, o Estatuto leva em conta as diferentes fases do desenvolvimento, considerando criança aquelas que têm até 12 anos completos e adolescentes, aqueles entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990).

Para além das questões de delimitação ou definição da adolescência, com início e término deste período, será apresentado também o pensamento de outros autores sobre questões psicológicas envolvidas no processo de adolecer.

Algumas exigências têm grande valor para a formação e percepção do “eu” ao longo da vida. Principalmente na fase da adolescência podemos observar aspectos apresentados pelos próprios adolescentes que se encontram numa fase normal de transição e conflito que tende a se estabilizar com o decorrer do desenvolvimento, quando se observam características que são fundamentais para a compreensão deste período. Como principais características pode-se assinalar a busca de si mesmo e da identidade, tendência grupal, necessidade de intelectualizar e fantasiar; crises religiosas, o pensamento adquire características de pensamento primário; evolução sexual manifesta; atitude social reivindicatória com tendências anti-sociais de diversas intensidades; contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais comum desse período de vida; separação progressiva dos pais; constantes flutuações de humor e do estado de ânimo. Associado a essa busca da construção pessoal e relacional, o adolescente tenta conciliar a turbulência do próprio estado emocional com a do ambiente social (ASSIS, 1999).

Aberastury (1970) explica que este período de turbulências, contradições e ambivalências também é caracterizado por conflitos com o meio familiar e social. Momento em que o adolescente perde a sua condição de criança para entrar no mundo dos adultos, que ao mesmo tempo é temido (defesa da perda do conhecido) e desejado (impulso ao desprendimento). Uma nova relação com os pais e com o mundo são resultados das mudanças psicológicas produzidas neste período concomitantemente com as mudanças corporais. Porém esta nova relação só é possível quando há elaboração do luto pelo corpo de criança, pela identidade infantil e pela relação com os pais da infância. E o que acontece com sua imagem? Com o corpo já maduro muda sua imagem corporal e, também, sua identidade. Necessita adaptar-se ao mundo e/ ou sua ação sobre ele por meio de uma nova ideologia. A dependência e a independência extrema alternam neste período, o equilíbrio será restabelecido quando a maturidade, mais tarde, fizer com que o adolescente aceite ser independente com uma necessária e saudável dependência. Para a autora o quadro de confusões e conflitos faz parte desse processo, mas freqüentemente podem ser confundidos com estados patológicos. Ainda

pode-se dizer também que esse quadro pode ser explicado como um período de crise normativa.

Erikson (1976) diz que a identidade do indivíduo está em constante mudança e desenvolvimento, um processo que acontece da infância à velhice. A adolescência particularmente é crucial para a formação da identidade, pois é um período que, ao mesmo tempo recapitula todos os estágios anteriores, também antecipa todos aqueles que virão. O adolescente enfrenta uma crise na transição da infância para fase adulta, denominada de “crise normativa”. O autor assinala que isso ocorre devido a muitas mudanças, levando o adolescente a tomar uma série de decisões a respeito de si, o futuro imediato se coloca com um número excessivo de possibilidades e opções conflitantes. Assim, a formação da identidade se dá quando o adolescente consegue, a partir de assimilação das diversas identificações da infância, uma nova configuração da identidade. Esta depende do processo pelo qual uma sociedade identifica o indivíduo jovem, reconhecendo-o como uma pessoa que precisa tornar-se o que é e ser aceito como tal. O maior ou menor êxito decorre, ainda, de uma integração de papéis coerentes, de mecanismos de defesa e identificações bem sucedidas.

Knobel (1981) ao explicar sobre os fatores intrínsecos relacionados com a personalidade do adolescente que determinam seu comportamento considera a adolescência como uma verdadeira experiência clínica. O autor mostra a dificuldade de se definir o limite entre o normal e o patológico na adolescência. Uma entidade semipatológica pode se configurar, devido a instabilidades extremas pelas quais o adolescente passa, denominada pelo autor de *síndrome normal da adolescência*, que perturba e causa perturbações para o mundo adulto, embora necessária para o adolescente. Neste processo o adolescente estabelece sua identidade, sendo considerada como um objetivo importante deste momento de vida.

Quando o adolescente é capaz de aceitar ao mesmo tempo seus aspectos de criança e de adulto, começa a aceitar as mudanças de seu corpo, fazendo com que surja sua nova identidade. Esse processo da conquista pela identidade é conseqüência da perda da identidade infantil que aconteceu quando se iniciou as mudanças corporais. Somente quando sua maturidade biológica está acompanhada por uma maturidade afetiva e intelectual, haverá a possibilidade de sua entrada no mundo adulto. O adolescente terá formado um sistema de valores, com uma ideologia que confronta com a de seu meio e onde a rejeição em algumas situações faz-se de maneira construtiva. Ele confronta suas teorias políticas e sociais com a realidade, ao mesmo tempo toma uma posição na defesa de um ideal e suas idéias de mudanças se traduzem em ação. Além disso, apresentam respostas as dificuldades da vida,

adquirem teorias éticas e estéticas, confronta e busca soluções para suas idéias (ABERASTURY, 1970).

1.1.1. Enfoque Psicossocial da Adolescência

A busca cada vez maior de adolescentes por melhores condições de vida, sejam elas econômicas ou de capacitação têm trazido mudanças significativas para se pensar esses contextos: escola (incluindo cursos, capacitações, extensões, entre outras) e trabalho na adolescência.

Knobel (1971) ao falar sobre o enfoque psicossocial da juventude contemporânea faz algumas considerações importantes para utilização do termo *psicossocial*. Então cabe perguntar o que é psíquico, o que é social e se ambas as terminologias estão excluindo o biológico. Segundo o autor a vida se dá em uma estrutura biológica específica, e a forma humana permite uma adaptação particular vital na qual se estabelece uma maneira especial de relação com o espaço. Desta forma, por meio das gerações adquirem-se experiências, vivências, sensações e percepções; aprende-se comportamentos, integra-se à grupos e constrói-se sociedades. Portanto o enfoque psicossocial implica em considerar a juventude de uma forma holística, com seus fatores biológicos, psicodinâmicos e sociais. O enfoque psicossocial pode nos auxiliar na contextualização da juventude por meio de questões sociais que possam ajudar a compreender o período da adolescência.

A fase da adolescência pode se tornar um período muito longo na medida em que aumenta o período de escolaridade ou de capacitação. Ou seja, aumentam cada vez mais o intervalo de tempo entre o começo da vida escolar e o acesso do jovem ao trabalho especializado. Nos últimos anos da escolaridade, os jovens tomados por uma revolução fisiológica de sua maturação genital e a incerteza dos papéis adultos que o espera, parecem estar mais em um estágio transitório do que final do estabelecimento da identidade adulta. Esta situação pode levá-lo a sucumbir-se as excêntricas tentativas de uma subcultura da eterna adolescência (ERIKSON, 1976).

Abramo (1994) e Peralva (1997) também falam sobre tendência ao prolongamento da adolescência e da juventude na sociedade atual. O tempo de estudo se prolonga, a entrada no trabalho se dá mais tardiamente e a constituição da própria família é prorrogada.

Salles (2005) em estudo sobre a história da infância e adolescência aponta que antes a seqüência do ciclo de vida era clara. O jovem primeiro estudava, ao fim da escola conseguia

um emprego e daí constituía uma família. Nos dias atuais, no entanto, começa a ocorrer um processo de prolongamento dessas fases, o que está, entre outros fatores, segundo a autora associado às dificuldades cada vez maiores de se conseguir um de emprego e ao prolongamento do estudo. A falta de autonomia financeira e o desemprego podem ser o motivo pelos quais os jovens permaneçam mais tempo com os seus pais. Hoje os jovens estudam, trabalham, se especializam, adiam a saída da família de origem e a constituição da própria família. Embora esse processo seja mais observado nas camadas médias da população, segundo a autora há uma tendência para que se generalize para toda a sociedade.

Sobre o processo de construção de identidade do adolescente brasileiro, Guimarães e Romanelli (2002), escrevem sobre a dificuldade que eles podem ter por viverem em uma sociedade em intenso processo de transformação, valores pretéritos e renovadores, o que pode dificultar também sua transição para uma nova fase.

Além disso, há uma preocupação do jovem com o que possa parecer aos olhos dos outros, comparando com aquilo que eles próprios julgam ser. Na busca por um sentido mais uniforme e contínuo, incluindo neste momento a maturidade sexual, alguns adolescentes podem enfrentar novamente crises de anos anteriores antes de poderem constituir ídolos e ideais duradouros guardiões de uma identidade final. Os jovens precisam integrar elementos da identidade que lhes foram atribuídas na infância, porém com uma unidade mais vasta, indefinida e imediata, que vai substituir o meio infantil: a sociedade. Se em fase anterior legou à crise de identidade uma importante necessidade de confiar em si e no outro, então o adolescente procura mais intensamente homens e idéias em que possa ter fé, o que também significa que seja algo ou alguém em que possa valer a pena provar que seria digno de confiança. Porém, ao mesmo tempo o adolescente pode ter o receio insensato, demasiadamente confiante; e paradoxalmente expressará a sua necessidade de fé por meio de uma desconfiança. Estabelecida a necessidade de ser definido aquilo que se pode “querer” livremente, o adolescente agora procura uma oportunidade de decidir sobre um dos caminhos acessíveis ou inevitáveis de dever e serviço. Ao mesmo tempo em que ele pode enfrentar um medo mortal de ser forçado a atividades em que se sinta exposto ao ridículo ou a dúvida de si próprio. Também de forma paradoxal isso pode fazer com que o adolescente prefira agir sem compostura perante aos mais velhos, por livre escolha, ao invés de ser obrigado a atividades que seriam vergonhosas para si e para seus pares. A imaginação ilimitada passa a dar espaço para coisas mais concretas, volta a sua atenção para pessoas com mais experiências, de forma a apaziguar toda sua culpa pelo excesso de sua ambição ao perceber que suas ações são limitadas. Por final, se o desejo de se fazer aquilo que quer e fazer bem, é a aquisição da idade

escolar , então a escolha de uma profissão assume um significado que excede a remuneração e *status*. Alguns adolescentes podem querer não ingressar em um emprego, mesmo que este seja promissor, que por mais êxito que este ofereça, em determinado momento da vida do adolescente pode fazer com que não sinta satisfação pelo mesmo. A adolescência pode ser menos turbulenta quando ela acontece de maneira talentosa e bem treinada nas tendências tecnológicas em expansão, e conseqüentemente apta a identificar-se com novos papéis de competência, de invenção e a aceitação por uma perspectiva ideológica mais implícita. A sociedade pode ter papel importante ao passo que:

“É o potencial ideológico de uma sociedade que fala mais claramente ao adolescente que está tão ansioso por ser afirmado pelos seus pares, confirmado pelos professores e inspirados por ‘modos de vida’ que valham a pena ser vividos. Por outro lado, se o jovem pressentir que o meio tenta privá-lo radicalmente de todas as formas de expressão que lhe permitiram desenvolver e integrar o passo seguinte, ele poderá resistir com o vigor selvático que se encontra nos animais que são forçados subitamente, a defender a própria vida. Pois, de fato, na selva social da existência humana, não existe sentimento vivencial sem um sentimento de identidade” (ERIKSON, 1976, p. 130).

Freqüentemente o adulto pode ver o jovem, em especial o adolescente, com preconceitos que resultam da própria adolescência vivida com conflitos e angústias, o que pode levar a uma percepção alterada dos jovens. Essa situação não é novidade. Platão, em *A República*, referindo-se aos jovens, vai redescobrir normas de conduta que seus antecessores haviam deixado obsoleto. Psicologicamente, podemos ver o adolescente passando por um processo natural, formando sua identidade, modificando as relações no mundo interno que o liga a infância e aos pais de sua infância, em um conflito que em alguns momentos pode ser turbulento. As crises morais e religiosas, alterações freqüentes de humor, intelectualizações e fantasias diversas, rebeldia, agressividade contra o mundo dos adultos e suas preocupações quanto à definição da sua sexualidade, pela qual a sociedade não está preparada. O adulto tem sua personalidade consolidada, seus padrões de vida são estabelecidos e psicologicamente adquire um manejo interpessoal que lhe permite satisfações básicas, seja diretamente por meio da formação da família nuclear, que é o culminar da vida real genital, ou através das chamadas sublimações correspondentes; seja a realização individual ocupando um papel social definido e satisfatório. O jovem em mudança está lutando para estabelecer sua identidade (KNOBEL, 1971).

Erikson (1966) defende o ponto de vista de que identidade não significa um sistema interno encerrado, que seria inacessível para alterações, mas muito mais um processo

psicossocial que sustenta e mantém o indivíduo na sociedade. Dessa forma, para o autor, a pesquisa de identidade sempre é uma pesquisa social ou cultural englobando ciências da história, da filosofia e da psicologia.

Para alguns autores (GUIMARÃES; ROMANELLI, 2002) a adolescência pode ser considerada a partir da emergência de novas formas de sociabilidade dos adolescentes nas diferentes esferas da vida social, no momento que passam a viver sentimentos conflitantes e procuram autonomia e independência diante dos pais e dos adultos e identificação nos grupos de pares. A convivência no grupo de pares é importante para que o adolescente possa aprender maneiras de sociabilidade próprias de sua idade, gênero e condição social, o que poderá ajudá-lo no seu processo de busca de autonomia e independência.

Ainda considerando a dinâmica interacional dos processos de socialização, Traverso-Yépes e Pinheiro (2002) acreditam na necessidade de espaços e contextos de ressignificação, como um mundo de permanente construção através das ações humanas.

Pensar na construção concreta da cidadania de adolescentes, nos faz refletir sobre as condições impostas pela modernidade e pelas situações de vida do adolescente, referidas tanto ao seu processo de desenvolvimento quanto às circunstâncias atuais da política social e econômica do país. A ambivalência e a perplexidade como signos do mundo contemporâneo apresentam grande similaridade com os processos de transformação na adolescência, onde o nascimento para o mundo e o desejo de descobrir o novo são acompanhados pelas incertezas, pela vontade de conhecer, pelo espanto e pelas indefinições cotidianas de uma realidade que atrai e atemoriza. Deste modo, a limitação das possibilidades, a distância entre as expectativas e a realidade, exercem grande impacto entre os jovens para os quais a eclosão das energias da idade alimenta os sonhos de uma satisfação inesgotável de necessidades e desejos. Atualmente essa ambivalência nos submete a um cenário inacabado onde se façam presentes a indefinição e o vazio de valores, e onde encontramos-nos diante de um elenco de possibilidades múltiplas. Por outro lado, já não é possível se conceber hoje nenhum projeto coletivo sem considerar também os sujeitos individualmente, sobre os quais finalmente esses processos se concretizam. Assim, quando falamos do sujeito não significa, contudo promover uma cisão entre a subjetividade e o movimento mais amplo, pelo contrário, pois nos parece imprescindível conectar hoje as novas experiências econômico-sociais às necessidades de autonomia, liberdade e bem estar ainda devidas aos sujeitos dentro de uma nova ordem que há de construir-se sob uma nova concepção de sujeito. Em outras palavras, isso significa que nos novos caminhos da modernidade o sujeito terá que se transformar e, para isto, terá que reconstruir coletivamente a vida social no mundo (GUARÁ, 1997).

1.1.2. O Adolescente e o Mundo do Trabalho

A inserção do adolescente no mercado formal e informal de trabalho tem crescido de forma rápida. Isso pode ser uma tentativa de resolução de problemas econômicos, sociais e políticos que retratam um pouco a precarização do trabalho de uns em detrimento de outros. Enquanto os pais se encontram desempregados em casa, os filhos vão para o trabalho, como arrimo de família na tentativa de garantir uma forma de vida mais digna. Ou então, casos como os de pais que recebem uma renda inferior, insuficiente para manter as despesas da casa, fazem com que mais pessoas na casa procurem trabalho remunerado. O trabalho para os filhos tem sido visto como uma solução, aliás, mais do que uma solução, uma necessidade.

Uma pesquisa realizada por Guimarães e Romanelli (2002), teve como objetivo de avaliar como se dá a inclusão de adolescentes de famílias de classes populares no mercado de trabalho por intermédio de uma ONG, e as relações que estes mantêm com a família, com o trabalho e com a escola. O estudo foi composto por dez adolescentes de famílias de classes populares, sendo cinco do gênero feminino e cinco do masculino, com idade entre 16 e 17 anos, inseridos no mercado de trabalho e, naquele momento, cursavam o ensino médio em escola pública em uma cidade no interior de São Paulo. Alguns resultados da pesquisa qualitativa desenvolvida mostraram que para alguns adolescentes há necessidade de contribuir para o orçamento doméstico. O rendimento do adolescente, que parte é destinado ao consumo da família, faz com que se tornem co-responsáveis pela sobrevivência do grupo familiar, principalmente quando o pai está desempregado, o que torna a situação financeira frágil, podendo trazer conflitos na convivência doméstica. Outra questão importante analisada pelos autores foi o fato de que para outros adolescentes a contribuição financeira não era tão urgente, sendo que o motivo pela busca de trabalho estava associado ao anseio de conquistar autonomia financeira e ao desejo de consumir bens revestidos de valor simbólico.

Em condições de um acompanhamento em regime educativo, além de outras condições, a pesquisa realizada por Artech e Bandeira (2003), avaliou o bem-estar subjetivo, comparando adolescentes em dois regimes distintos de trabalho e adolescentes não trabalhadores. A amostra foi composta de 193 adolescentes, sendo 77 não trabalhadores, 58 trabalhadores em regime regular e 58 trabalhadores em regime educativo, inseridos em projetos sociais, entre 14 e 17 anos de idade. Os instrumentos utilizados foram: questionário demográfico, a escala multidimensional de satisfação de vida, as escalas de afetos positivos e de afeto negativos, e a escala de eventos estressores. Como objetivos específicos, o estudo

verificou se existiam diferenças em relação aos níveis de bem-estar (satisfação de vida, afetos positivos e negativos) dos três grupos de adolescentes. Além disso, verificou qual o efeito das variáveis demográficas, média de eventos estressores e média do afeto (positivo e negativo) sobre a satisfação de vida do adolescente. As pesquisadoras avaliaram, que, embora a diferença não tenha sido estatisticamente significativa, a média dos jovens não trabalhadores foi inferior a dos outros dois grupos, reportando sentirem bem poucos sentimentos como entusiasmo e alegria (afeto positivo). Talvez pelo fato de não trabalharem, sejam emocionalmente mais imaturos, com menos atividades extra- escolares, com uma menor intensidade de vivências afetivas, como apontam as conclusões das autoras. Os resultados encontrados mostraram que o trabalho na adolescência pode ser positivo, especialmente para adolescentes em regime de trabalho educativo, já que se mostraram mais satisfeitos com suas vidas. Na comparação entre os dois grupos de jovens trabalhadores, aqueles de regime educativo mostraram-se mais satisfeitos com seu trabalho.

Em outro estudo, Artech e Bandeira (2006), verificaram se existiam diferenças entre dois grupos de adolescentes trabalhadores no que diz respeito aos aspectos referentes ao trabalho, sendo os objetivos específicos: verificar a opinião do adolescente e a percepção do adolescente sobre o que sua família pensa sobre o fato dele trabalhar; e verificar se, entre os adolescentes trabalhadores dos dois regimes de trabalho distintos, existiam diferenças no que diz respeito aos aspectos referentes ao *coping*: tipo de evento estressor relatado, domínio, ação efetiva e controlabilidade do evento estressor. A amostra foi constituída por 116 adolescentes, de ambos os sexos, com idade entre 14 e 17 anos, que freqüentavam escolas públicas. Os participantes foram divididos em dois grupos, conforme a situação laboral: adolescentes trabalhadores em regime de trabalho educativo ($n = 58$) e adolescentes trabalhadores em regime regular ($n = 58$). Em função dos projetos sociais que oferecem trabalho educativo estarem direcionados para adolescentes em situação de risco social, o grupo de regime regular foi pareado tendo como referência características sociodemográficas semelhantes. Como instrumentos foram utilizados: um questionário de dados sociodemográficos: composto de 16 perguntas fechadas de múltipla escolha e duas questões abertas (opinião do jovem e de sua família sobre sua situação laboral) e entrevista semi-estruturada de *coping*. A pesquisa mostrou que para elevado percentual dos adolescentes deste grupo (26,7%) o trabalho é bom devido ao retorno financeiro, e, daqueles que não priorizam os aspectos financeiros, apenas 2,5% consideram a atividade estressante. Além disso, um percentual significativamente superior dos adolescentes de trabalho regular percebe o trabalho como uma necessidade. Para 22,4% dos adolescentes em regime educativo trabalhar é bom devido o desenvolvimento de

características positivas e o mesmo percentual se referiu ao trabalho como sendo algo bom devido ao aprendizado, porém a maioria dos adolescentes em regime educativo (32,7%) consideram que trabalhar é bom pelo aspecto financeiro. Isso mostra que o reconhecimento que o projeto comporta não apenas do aprendizado técnico, mas também o desenvolvimento do jovem em sua totalidade parece estar sendo valorizado parcialmente pelos adolescentes que fizeram parte deste estudo. Como mostram os resultados, as autoras apontam que o trabalho avaliado positivo quanto ao aspecto financeiro é uma situação que pode ser compreendida a partir da própria seleção dos jovens integrantes do projeto educativo, pois priorizam adolescentes que vivem condições difíceis de vida, e que naturalmente precisam de um retorno financeiro. Além disso, importante reflexão é feita sobre a possibilidade de um novo significado do trabalho para os adolescentes em situação de risco, mesmo considerando que o aspecto financeiro tenha um papel fundamental para suas vidas. No entanto, o reconhecimento de que o trabalho possui influência sobre o desenvolvimento do jovem (aprendizado e desenvolvimento pessoal) oportuniza o debate acerca da qualidade do trabalho que vem sendo exercido por estes adolescentes. Não se sabe o quanto as famílias e os próprios adolescentes são críticos em relação ao tipo de atividade que vem sendo exercida pelos jovens. Porém, na medida em que entendem que o trabalho pode trazer mais benefícios além do retorno financeiro, a discussão sobre escolha do tipo de atividade passa a ser possível e esta oportunidade passa a ser viável, e não apenas pelo ingresso do adolescente na primeira atividade remunerada que surge. Outro aspecto importante é que o reconhecimento de outras faces do trabalho, como o favorecimento do desenvolvimento pessoal para adolescentes que encontram-se empregados, contribuindo para renda familiar pode ser mais fácil do que para jovens e famílias em que o adolescente não está empregado e em cuja realidade o sustento econômico é superior a qualquer crescimento pessoal. Porém, um aspecto relevante é o fato de que todos os jovens trabalhadores deste estudo também se encontravam em condições de estudantes, o que os posiciona em uma situação diferenciada dos milhares de adolescentes deste país que por algum motivo não frequentam escola ou que nunca frequentaram. Isto mostra que os adolescentes desta pesquisa não possuem apenas a atividade de trabalho, o que leva as autoras a inferir que eles têm alguém, familiar ou não, que os instrui, força ou reforça a importância da escola, mesmo que seja para um melhor ganho financeiro no futuro, não permitindo que apenas trabalhem.

Por outro lado, Albuquerque (2003) em estudo qualitativo com adolescentes trabalhadores em regime educativo, aponta por meio de seus depoimentos denúncias de uma rotina diária enfrentada por eles com muito cansaço físico e mental, sendo jovens

trabalhadores e ao mesmo tempo estudantes, que assumem responsabilidades e se comportam de maneira adulta. Observou-se que os jovens pesquisados possuem uma rotina de vida voltada para o trabalho e as atividades escolares, restando-lhes pouco tempo livre para se dedicar ao lazer e ao divertimento e outras práticas de sociabilidade. E alguns deles ainda usam parte do seu tempo livre para se capacitar profissionalmente fazendo diversos cursos.

Em estudo de revisão temática (AMAZARRAY; THOMÉ; POLETTI; KOLLER, 2007), encontramos o destaque ao tema “trabalho infanto-juvenil” principalmente devido aos impactos desta atividade para o desenvolvimento infantil e para saúde de crianças e adolescentes, além de chamar a atenção para o fato de que o trabalho precoce está associado a situações de renda e condições precárias de moradia e trabalho.

O trabalho das autoras é de investigação junto a populações em situações de risco social, o Centro de estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA), vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil), que constituiu o *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho*. Tem como objetivo a promoção de estudos que tomem a categoria “trabalho” como central no processo de desenvolvimento humano, buscando investigar e discutir os aspectos psicológicos, sociais e econômicos que permeiam o trabalho infanto-juvenil, com ênfase em políticas públicas, contextos familiares e sociais, direitos da criança e do adolescente, impactos na saúde e bem-estar. Assim, artigo apresentou algumas reflexões a cerca do trabalho infanto-juvenil, apontando diferentes perspectivas para o tema. A partir de três tópicos centrais: ideologias que sustentam o trabalho precoce; subjetividade da criança e do adolescente em situação de trabalho e saúde do trabalhador infantil. Apesar da redução das piores formas de trabalho infantil conquistada nos últimos anos, ainda persiste um grande número de crianças e adolescentes que participam de atividades econômicas, inclusive daquelas que envolvem tráfico de drogas e exploração sexual. Segundo o estudo este é o cenário em que se movem crianças e adolescentes trabalhadores, embora o trabalho precoce não seja um problema apenas de países pobres e subdesenvolvidos. De acordo com estimativa da Organização Internacional do Trabalho (2006), existem no mundo mais de 246 milhões de crianças e adolescentes trabalhadores com idade entre cinco e 17 anos. Desses, mais de 100 milhões não têm acesso a qualquer tipo de educação. Dentre outros aspectos, o estudo se refere aos agravos à saúde que podem estar relacionados ao trabalho precoce, mostrando que pode ter impactos negativos para essa população. No que diz respeito à saúde física, trata-se de consequências visíveis, que denunciam a gravidade da situação. Por outro lado, as questões relativas à saúde mental, justamente por não serem explícitas e imediatas, precisam de maior

investigação. O que recomenda as autoras, por exemplo, é desenvolver estudos longitudinais que acompanhem o desenvolvimento de crianças e adolescentes trabalhadores, em diferentes setores ocupacionais. Além dos riscos e conseqüências negativas, uma compreensão global do fenômeno deve, ainda, buscar conhecer os aspectos positivos do trabalho, na visão das próprias crianças e adolescentes, assim como nas potencialidades que esses trabalhadores possam desenvolver. Por final, o estudo considera que Os programas governamentais que se propõem a erradicar tal problema social podem tomar os três tópicos apresentados como base na organização de suas ações, de forma que as mesmas tornem-se mais efetivas e eficazes. Uma constatação importante deste estudo é que a perspectiva das crianças e adolescentes trabalhadores precisa ser considerada. Ao promover ações de erradicação, o estudo nos faz refletir sobre: que ser humano está se formando a partir daquela experiência de trabalho? Que valores estão sendo construídos? Dar voz à criança e ao adolescente pode ser também a base de programas educativos com crianças e suas famílias.

Para adolescentes trabalhadores que se encontram apenas em regime regular, Mauro (1996) em um estudo realizado sobre a saúde mental do adolescente trabalhador, sem que ele estivesse vinculado a uma instituição social, reflete sobre a relação saúde/ doença, mostrando que o trabalho apresenta repercussões na vida psíquica. Os participantes desse estudo foram 104 estudantes de escolas noturnas, com idade entre 12 a 18 anos incompletos na data do censo e não apresentavam nenhuma deficiência. Exerciam alguma atividade laboral remunerada, com ou sem vínculo empregatício, cursando o 1º ou 2º grau noturno. Buscou-se a prevalência de transtornos mentais na amostra estudada, bem como uma investigação do perfil psicossocial destes trabalhadores. A morbidade psiquiátrica foi obtida através de instrumento de "screening" QMPA (Questionário de Morbidade Psiquiátricas de Adultos), visando o levantamento de suspeitos de transtornos mentais. O perfil psicossocial foi obtido através de entrevista individual, mediante roteiro semi-estruturado, elaborado para a pesquisa. Obteve-se uma prevalência de 58,7% de suspeitos de transtornos mentais na população estudada. No estudo de correlação entre "suspeitos" e "não suspeitos" de transtornos mentais e a variável "qualidade do sono dos entrevistados", encontraram-se diferenças estatísticas significativas. Relataram, em sua maioria, sentir desgaste físico e/ou mental provocado pelo trabalho; paradoxalmente, qualificam o trabalho como tranqüilo. A conclusão do estudo mostrou que o adolescente trabalhador apresentou sinais de sofrimento psíquico evidenciado pelo alto número de suspeitos (58,7%) de transtornos mentais encontrados. Os relatos dos sujeitos em confronto com as teorias da Psicodinâmica do trabalho indicaram que os adolescentes mostraram uma visão idealizada do trabalho. Quando confrontados com esta realidade,

situação que se apresentou muito diferente da imagem psíquica formada dessa atividade. O adolescente, segundo a autora, não tem outra alternativa senão valorizar o trabalho sem questioná-lo, pois é o trabalho que pode garantir sua independência financeira, a aquisição de bens materiais pessoais e o fato de poderem ter participação social. Não pode se afirmar se o trabalho é ou não fator de proteção da saúde mental de adolescentes trabalhadores mediante os resultados apresentados neste estudo; entretanto, os dados, os relatos e o contexto social desta amostra apontaram para a afirmação de que para que o trabalho favorece a saúde mental, e que os adolescentes deveriam manter, concomitantemente ao trabalho, as atividades fundamentais para seu desenvolvimento (lazer, esporte, convívio familiar e social, entre outros).

Além de todas as atividades acima citadas, pode-se pensar também em programas de prevenção primária. Sobre este aspecto, Yoshida e Giglio (2000) relatam uma avaliação feita sobre adolescentes trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas (SP) e, seus resultados revelam a necessidade de os psicólogos desenvolverem projetos de promoção da saúde mental de adolescentes trabalhadores nos locais de trabalho.

Outra contribuição, a partir de trabalhos que pensam a prevenção primária do adolescente, seria é o que é exigido pelo ECA (1990), em que a atividade profissional denominada trabalho educativo foi proposta a partir do que é entendida como aquela na qual as exigências pedagógicas prevalecem sobre a questão produtiva. Busca promover o desenvolvimento global do jovem e deve estar inserido necessariamente dentro de um projeto social. Este modelo pode ser aplicado por entidades não governamentais, por empresas públicas ou privadas. A maior parte dos projetos possui objetivos específicos decorrentes da sua área de atuação, como, por exemplo, atividades voltadas para o ambiente de trabalho, como o aprendizado de computação, de atendimento ao público e outras, até atividades com o objetivo de geração de renda. Além destes objetivos, outros também importantes para o desenvolvimento pessoal são os objetivos básicos, como o resgate da cidadania, a melhoria nas relações com a família e com os amigos, o aumento da autoconsciência e do conhecimento sobre sexualidade e drogas, atingidos através de oficinas e trabalhos direcionados com profissionais da psicologia, educação e serviço social, terapia ocupacional, pedagogia. (ARTECHE; BANDEIRA, 2006).

Desta forma, torna-se relevante compreender essa fase da vida para entender a relação que os adolescentes estabelecem com o trabalho educativo, enquanto atividade humana, onde passa parte e às vezes maior parte de seu tempo. Sendo a construção do sentido dessa atividade um fator essencial para o seu desenvolvimento.

Para se compreender a relação entre educação e trabalho, o estudo feito por Segnini (2000), aponta para as contradições entre a escolaridade e as formas de inserção no mundo do trabalho. Essas, permitem afirmar que qualificação para o trabalho é uma relação social (de classe, gênero, etnia) muito além da escolaridade ou da formação profissional. Isso se estabelece durante os processos produtivos, num contexto de uma sociedade regida pelo valor de troca e marcada fortemente por valores culturais que favorecem a formação de preconceitos e desigualdades. Segundo a autora, há um conhecimento adquirido pelo trabalhador por meio de diferentes processos e instituições sociais (família, escola, empresa, etc.) somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente e acrescidas de suas características pessoais (sua subjetividade, de sua visão de mundo). Um conjunto de saberes e habilidades são formados. Esse conjunto, para o trabalhador, significa valor de uso que só se transforma em valor de troca em um determinado momento histórico, se reconhecido pelo capital como sendo importante para o processo produtivo. O reconhecimento do grau de qualificação do trabalhador pelas empresas se faz por meio de uma particular inclusão em diferentes níveis hierárquicos e salariais, em formas diferentes de relações empregatícias. A qualificação compreendida dessa forma mostra relações de poder no interior dos processos produtivos e na sociedade. Além disso, implica o reconhecimento que a escolaridade e a formação profissional são condições imprescindíveis, porém insuficientes, para o desenvolvimento social e econômico (reforma do sistema de saúde e educacional, distribuição de renda, reforma agrária, etc.). Somente encontra sentido social no interior de um projeto de desenvolvimento econômico que permita direitos sociais, entre eles, o direito ao trabalho. Para esse contexto, a educação torna-se essencial como um fim em si mesmo, como condição para a cidadania crítica.

De forma mais específica, Albuquerque (2003), em pesquisa realizada na mesma instituição em que o presente estudo, analisou os interesses dos jovens, das suas famílias e das empresas em contratar jovens num mundo de trabalho seletivo, precarizado e excludente, por meio de uma abordagem qualitativa. Segundo a autora a inserção do jovem no mercado formal de trabalho expressa contradições e consenso. As contradições existem na medida em que o uso da força de trabalho infanto-juvenil reforça a exploração desta população em substituição a do adulto. No entanto, no decorrer da pesquisa, após ouvir os relatos dos familiares e dos próprios jovens, percebeu-se que a dimensão do trabalho é maior, comportando, além da contribuição para o orçamento familiar, aspectos relacionados à valoração moral desse trabalho, à mobilidade social e por fim, ao acesso a bens de consumo, tanto materiais quanto culturais.

Martinez (2001), em estudo sobre a subjetividade, relaciona-a com o trabalho infantil, com o objetivo de analisar o impacto do trabalho precoce para a formação e desenvolvimento da subjetividade de crianças e adolescentes que trabalham. Foi feito um estudo exploratório com dez adolescentes trabalhadores ambulantes. Os resultados encontrados mostraram que a possibilidade de aprofundar na compreensão da constituição da subjetividade pode contribuir para elaboração de estratégias educativas mais efetivas no trabalho com essa população. Segundo a autora quando se refere a constituição e desenvolvimento da personalidade refere-se também ao desenvolvimento e articulação complexa de elementos psicológicos que a integram, o que se expressa em uma complexa rede de configurações de sentidos e significados em que esses elementos se organizam e funcionam. O significado que o sujeito confere ao trabalho, o sentido de ter que trabalhar as necessidades e motivos que se satisfazem na atividade do trabalho, ou nas relações que estabelece nesse contexto, as contradições que vivencia, seus desejos, as reflexões que faz e como as relaciona com as situações, faz parte dos elementos subjetivos que levam ao impacto do trabalho para constituição da subjetividade. A importância de compreender a maneira em que o trabalho participa como espaço de formação da subjetividade é essencial para formação de ações educativas e de orientação diferenciada. Construir e desenvolver estratégias tanto para crianças e adolescentes como para as pessoas que os acompanham nesse período de vida, constitui um desafio a mais que é preciso enfrentar para significação que possam ter no desenvolvimento futuro.

Desta forma, possibilitar uma reflexão sobre o tema e questões importantes que envolvam o trabalho de adolescentes no mercado formal, podem trazer benefícios para o desenvolvimento saudável deste nessa atividade.

Os projetos de educação profissional que visam oferecer subsídios e desenvolver habilidades e competências podem aumentar a empregabilidade do trabalhador diante de um mercado cada vez mais competitivo. Há uma exigência de habilidades e conhecimentos até então disponíveis, como: ensino superior ou no mínimo o ensino fundamental e/ ou ensino médio completo, conhecimento de língua estrangeira; informática, capacidade para trabalhar em equipe resolver problemas, criatividade entre outros (EIDELWEIN, 2005). Desta forma, o autor aponta não somente para as habilidades e competências na atividade do trabalho, mas também projetos de educação que dizem respeito ao ensino formal, ou seja, o aprendizado que se inicia nesse momento da vida, considerado como uma preparação para o mundo do trabalho.

Sobre as instituições sociais, que podem ser consideradas promotoras de projetos de educação, Lévy (1993) as considera como tecnologias da inteligência uma vez que ao

exteriorizarem, ratificarem e modificarem funções cognitivas humanas, como: classificar, arrumar, ordenar, construir configurações estáveis e periódicas. Essas instituições contribuem para (re) organizar, estabelecer sentidos e modificar o próprio viver humano.

Bleger (1984) assinala que o ser humano encontra nas diversas instituições um suporte e um apoio, um elemento de segurança, de identidade, de inserção social ou sentimento de pertencimento.

Nesse caso, podemos salientar a importância do trabalho desenvolvido pelas instituições sociais, que, além de serem consideradas como uma das instituições que fazem parte da vida de uma pessoa está situada como contexto na pesquisa em questão. Ainda assim reflexões se fazem importantes sobre a eficácia ou o resultado de tais trabalhos, como propõe Artech e Bandeira (2006), ao se referirem ao impacto observado na vida dos jovens só pode ser observado após um tempo de seu desligamento, quando se deparam com um ambiente laboral formal e tiverem que colocar em prática os conhecimentos e habilidades pessoais que vivenciaram nas atividades inseridas em um programa educativo.

A instituição, do ponto de vista psicológico, forma parte da personalidade do ser humano e na medida em que isso ocorre, tanto como a forma como isso se dá, formam diferentes significados e valores da instituição para os indivíduos ou grupos que a ela pertencem. Quanto mais integrada a personalidade, menos depende do suporte que lhe presta uma determinada instituição; quanto mais imatura, mais dependente é a relação com a instituição e tanto mais difícil toda mudança da mesma ou separação dela. Sendo assim, toda instituição não é apenas um instrumento de organização, regulação e controle social, mas também ao mesmo tempo, um *instrumento de regulação e de equilíbrio da personalidade* (BLEGER, 1984). Além disso, para o autor a instituição não é considerada como saudável quando nela não existirem conflitos, mas sim quando a mesma está em condições para explicitar seus conflitos e meios e possibilidades para sua resolução. Segundo o autor, o melhor “grau de dinâmica” de uma instituição acontece quando, além de explicitar os conflitos, haja a possibilidade de manejá-los e resolvê-los respeitando os limites da instituição, ou seja, pelo grau em que eles são realmente assumidos por seus atores e interessados em suas tarefas ou funções.

1.2. PERCEPÇÃO

“A percepção que reflete a realidade objetiva não o faz como um reflexo passivo nem tão pouco inanimado, porque nela se reflete toda a vida psíquica do observador” (RUBINSTEIN, 1973, p. 137-138).

1.2.1. Caráter Histórico

A percepção enquanto processo consciente está implicada no processo da evolução histórica da consciência, como um ato relativamente direto do conhecimento do mundo pelo homem histórico, e não somente um ato sensorial devido à natureza fisiológica dos receptores. A percepção direta da realidade faz-se num determinado nível da evolução a partir de toda prática social que a precede. No seu decorrer a atividade sensorial do homem é alterada. A evolução histórica da prática social cria novas formas do ser objetivo e também novas formas da consciência objetiva. O mundo é percebido por meio do prisma da consciência social. Com efeito de toda percepção do objeto à inclusão do objeto percebido num determinado sistema organizado de conceitos, sistema este que fica registrado na linguagem e representa o produto da evolução histórico social. O produto de toda prática social da história da humanidade produz forma e orientação à nossa percepção (RUBINSTEIN, 1973).

1.2.2. A Natureza da Percepção

A percepção é a fonte do todo conhecimento que vem dos sentidos, adquirido pelo ser humano sobre o mundo. A simples sensação de um evento não traz conhecimento. Se o homem não tivesse interesse em se preocupar com suas sensações, as impressões que os objetos causariam sobre ele passariam em branco, ou seja, não haveria conhecimento adquirido. Por meio dela retiramos as impressões sobre tudo o que nos rodeia, sendo a linguagem o meio de expressão de todo esse conhecimento adquirido pela percepção, e também, a expressão de nossas sensações mais internas e subjetivas, como por exemplo, nossas necessidades, anseios, idéias. A percepção é a ponte entre o mundo real do evento objetivo e o mundo percebido - subjetivo (GAMA, 1994).

Sendo assim, o processo de informação não é o resultado da simples excitação dos órgãos do sentido e da simples chegada ao córtex cerebral das excitações que surgem nos receptores periféricos (a pele, os olhos). No *processo de percepção* estão sempre incluídos componentes motores, por meio da apalpação do objeto, do movimento dos olhos, que diferencia os pontos mais informativos, e da emissão de sons correspondentes que desempenham papel fundamental no estabelecimento das peculiaridades mais importantes do fluxo sonoro (LURIA, 1979). Nesse caso mais correto seria considerar o processo de percepção como *atividade receptora do sujeito*. A seguir o processo de percepção está fortemente ligado à: *reanimação dos remanescentes da experiência anterior*, a comparação da informação que chega ao sujeito com as concepções anteriores, as ações atuais com as concepções do tempo passado, a discriminação dos indícios essenciais, a criação de hipóteses do valor suposto da informação que a ele chega e com a sintetização dos indícios perceptíveis na sua totalidade (tomada de decisão) a respeito da categoria a que pertence o objeto perceptível. Em outras palavras, a atividade receptora se assemelha aos processos de pensamento direto e essa semelhança será tanto maior quanto mais novo e complexo for o objeto perceptível. Por esse motivo, é natural que a atividade perceptiva dificilmente se limita a uma modalidade, mas compreende o resultado do trabalho conjunto dos vários órgãos do sentido (analisadores) em cujo processo formam-se as concepções do sujeito. Por fim, ainda se faz essencial a circunstância de que o processo de percepção do objeto nunca se realiza em nível elementar e em sua composição sempre tem como integrante o nível superior da atividade psíquica, em particular a *fala* (discurso). O homem não apenas contempla os objetos ou lhes registra passivamente os indícios. Ao passo que discrimina e reúne os indícios essenciais, ele designa pela palavra os objetos perceptíveis, dando nome a eles, apreendendo-lhes cada vez mais as propriedades, atribuindo a elas determinadas categorias. Isso pode confirmar a tese segundo a qual a atividade receptora do sujeito pode, pela estrutura psicológica, aproximar-se do pensamento direto. Os fatores complexos e ativos da atividade receptora do homem levam a uma série de particularidades da percepção humana a que pertencem no mesmo grau todas as formas dessa percepção.

Forgus (1971) escreve sobre o processo perceptivo dentro do contexto da necessidade geral que o homem tem de se adaptar ao ambiente, para que possa enfrentar com eficiência as exigências da vida. Sobre o comportamento adaptativo, o autor coloca que a forma como o indivíduo obtém conhecimento sobre seu ambiente é fundamental, e para se obter esse conhecimento é necessário extrair informação da grande ordem de energia física responsável pela estimulação dos sentidos do organismo. De acordo com os objetivos desse autor, a

percepção é definida como o *processo de extrair informação*. À medida que evoluímos na escala filogenética, a percepção se torna cada vez mais influenciada pela aprendizagem. Por exemplo, na criança a percepção da luz é determinada por programas montados, o que é necessário para que se inicie o comportamento adaptativo, segundo autor. Mas, os programas vão se modificando com o crescimento, o desenvolvimento e a experiência, exemplos disso são os modelos altamente complexos e abstratos de informações que são extraídos de tarefas tão diversas, como a apreciação estética de uma pintura, uma grande composição musical, a solução de um problema de matemática ou a percepção de outro ser humano. Para o autor, foi o envolvimento total do processo de tirar a informação no comportamento adaptativo do homem que o levou a acreditar na necessidade de relacionar a percepção com o problema geral do desenvolvimento cognitivo. Ao passo que se propõe a compreender plenamente a natureza da recepção, aquisição, assimilação e utilização do conhecimento. Considerar a percepção dessa forma torna-a o cerne da cognição ou a aquisição de conhecimento. A percepção pode ser considerada como um grande conjunto, e a aprendizagem e o pensamento como subconjuntos subordinados ao processo perceptivo. Para delinear os subconjuntos envolvidos na complexa tarefa da percepção, o autor mostra as tarefas mais complexas que envolvem a extração cada vez maior de informação.

Tradicionalmente, percepção, aprendizagem e pensamento, referem-se ao processo cognitivo, uma vez que, até certo ponto tratam da questão do *conhecimento*. De forma geral, a percepção pode ser definida como o processo pelo qual o homem recebe ou extrai certas informações do ambiente. A aprendizagem tem por definição o processo pelo qual essa informação é adquirida por meio da experiência e se torna parte do armazenamento de fatos no indivíduo. Os resultados da aprendizagem facilitam a nova extração de informação, uma vez que os fatos armazenados se tornam modelos de acordo com os quais são julgados os indícios.

Rubinstein (1973) referindo-se também a adaptação do indivíduo ao ambiente, percorre toda evolução filogenética da sensibilidade, mostrando que para toda sua constituição torna-se indispensável a importância biológica dos estímulos, ou seja, a relação com a atividade vital e com o comportamento. Da mesma forma em que o autor aponta para os sentidos utilizados pelos animais como forma de distinção até mesmo dos estímulos mais fracos, como por exemplo, o sentido visual da abelha, o ouvido da rã, o olfato do cão, desde que sejam biologicamente significativo e esteja associado a sua atividade vital, mostra uma semelhança na evolução das formas humanas específicas da percepção, apontando a sua relação com a prática social. O ser humano percebe o seu ambiente ou o mundo que o rodeia,

vivendo, trabalhando e resolvendo os problemas práticos que a vida lhe impõe. A prática da vida faz com que o homem passe da percepção involuntária para à observação orientada, pois a percepção dos objetos e seres com os quais o ser humano tem que lidar e as condições em que decorrem sua atividade, formam condições importantes do comportamento humano racional. A observação assinala a análise e a síntese, a atuação do sentido da percepção e a interpretação do percebido. Ainda em outro sentido a percepção da realidade evolui para a atividade criadora e a uma observação estética do mundo. *“Percebendo, o ser humano não só vê, como também observa; não só ouve, como também escuta e, por vezes, não olha simplesmente para alguma coisa, mas observa pormenorizadamente; não só sabe escutar, como presta atenção”* (RUBINSTEIN, 1973, p. 134). A percepção é considerada como o reflexo sensível de um objeto ou de um fenômeno da realidade objetiva que atua sobre os órgãos sensoriais, sendo ela não somente uma imagem sensitiva, mas a tomada de consciência do objeto que se destaca do ambiente. A percepção não somente pressupõe a capacidade de reação a um estímulo sensível, como também a aptidão para tornar consciente da correspondente qualidade sensível que é a propriedade de determinado objeto. Além da existência de um reflexo do referido objeto, a percepção do objeto por parte do sujeito também pressupõe uma determinada perspectiva ativa que somente é produzida por uma atividade tônica muito desenvolvida (do cerebelo e do córtex cerebral) que controla a função motora, garantindo um estado que permita a observação. Por esse motivo a percepção pode ser considerada como um desenvolvimento bastante elevado, não só do sistema sensitivo como também do motor. Além disso, como tomada de consciência dos objetos da realidade subjetiva, pressupõe não somente a reação automática do estímulo sensível, como também a operação de objetos em forma de ações coordenadas. Toda percepção de certa forma complexa é, por natureza solução de uma determinada atividade, a partir de certos dados sensíveis reconhecidos no processo da percepção, para que em seguida possa ser determinado o seu significado e interpretado de maneira adequada. Portanto, a percepção não pode ser reduzida apenas a soma de sensações. É sempre um todo mais ou menos complexo que difere de maneira qualitativa das sensações elementares que pertencem ao seu contexto. Segundo o autor toda percepção corresponde a uma experiência anterior, reproduzida tanto no pensamento do receptor como, de certa forma nos seus sentimentos e emoções. *A percepção que reflete a realidade objetiva não o faz como um reflexo passivo nem tão pouco inanimado, porque nela se reflete toda a vida psíquica do observador* (RUBINSTEIN, 1973, p. 137-138)

1.2.3. Percepção e Personalidade

A percepção não é designada como um ato simplesmente passivo, nem contemplativo. Não é somente um sentido isolado que apreende as informações externas, mas o homem vivo e concreto, considerando a percepção em toda sua complexidade. Portanto na percepção revela-se mais ou menos todo ser humano as relações com suas percepções, suas necessidades, interesses, aspirações, desejos e sentimentos. Com a afirmativa de que com o estudo da percepção vai se esclarecendo que cada vez mais a mesma não é uma simples soma das sensações, Rubisntein (1973) coloca-a como um complexo processo unitário e, simultaneamente como uma atividade orientada. Para o autor citado esta afirmação significa que: as sensações e os estímulos que a produzem não se coordenam entre si de maneira simplesmente exterior, mas sofrem influências recíprocas no processo da percepção. Em segundo lugar, significa dizer que a percepção não se encontra de modo algum dependente apenas de uma base sensitiva, formada pelas sensações. A percepção humana representa uma unidade sensitiva e lógica, sensitiva e prática, das sensações e do pensamento. Não é sempre apenas um fator sensorial, pois inclui o sentido da percepção por meio da significação dos objetos. Em terceiro lugar significa dizer que na percepção se reflete a múltipla vida da personalidade nas suas atitudes, interesse, orientação geral e as suas experiências.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivos: caracterizar uma amostra de adolescentes; compreender a percepção destes no processo vivido durante o período da capacitação e identificar as expectativas na admissão, demissão e desligamento do programa.

2. MÉTODO

Pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa realizada por meio da análise dos prontuários de adolescentes que participavam de um Programa de Aprendizagem Profissional – PAP. Para fazer a análise quantitativa foi utilizado o SPSS – Statistical Package for the Social Sciences, versão 14. A pesquisa qualitativa foi realizada utilizando-se a análise de conteúdo conforme proposta de Bardin (1977). A análise de conteúdo é considerada como um conjunto de técnicas de análises das comunicações. Trata-se de um instrumento marcado por uma enorme disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito amplo. A análise de conteúdo pode ser uma análise de “significados” (análise temática), podendo ser também uma análise dos “significantes” (análise dos procedimentos). Ao domínio da análise de conteúdo, pertencem todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com a contribuição de indicadores passíveis ou não de quantificação. Esta abordagem tem como finalidade fazer deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens, levando em consideração: o emissor e seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens.

Amostra

A amostra foi composta por todos os 280 prontuários de adolescentes, materiais esses existentes num centro de orientação para adolescentes que contava com um “Programa de Aprendizagem Profissional - PAP”. Esses prontuários representaram todos os existentes na instituição e estavam divididos em:

- a) 194 formulários de adolescentes ativos no programa institucional (anexo I)
- b) 96 formulários de adolescentes (pertencentes ao arquivo morto) que foram desligados da instituição no período de 2004 a 2006 (anexo II).

Os dados documentados nos 280 prontuários eram de adolescentes do gênero masculino e feminino pertencentes à faixa etária que variou de 14 a 17 anos e ao grau de escolaridade que variou da 7ª série do Ensino fundamental até 3ª série do ensino médio.

Materiais e Instrumentos

Até o momento da pesquisa, no Programa de Aprendizagem Profissional, os adolescentes precisavam preencher e responder 2 formulários

1) O prontuário refere-se ao material arquivado de cada adolescente (tanto dos ativos quanto dos inativos). Nesses prontuários (pastas) constavam todos os materiais de entrevistas e demais dados coletados da passagem do adolescente pelo programa. Dentre esses o prontuário dos adolescentes ativos no programa (194) e dos inativos ou que se desligaram (96).

Nos prontuários dos adolescentes ativos no programa: composto por um formulário de ingresso auto preenchido com dados sócio-demográficos (estado civil, sexo, idade, renda, moradia...), questões relacionadas à história de vida do adolescente, questões direcionadas as possíveis formas de lidar com problemas que podem aparecer no trabalho, questões de língua portuguesa e matemática para avaliar seu desempenho escolar e um desenho livre. Além deste formulário, outros documentos referentes aos adolescentes são arquivados nos prontuários mencionados, como: formulário de entrevista admissional, documentos referentes ao acompanhamento escolar, exames, médicos e relatórios de atendimentos.

Para o presente estudo foram utilizados dos 194 prontuários de adolescentes ativos, os dados sociodemográficos (formulário de ingresso), que contribuíram para caracterizar essa população. Para analisar as questões relacionadas à percepção do adolescente quanto a sua participação, avaliação e expectativas foram utilizados 96 formulários de entrevistas admissionais e demissionais.

Prontuários dos inativos: - Este prontuário era composto por formulário de entrevista demissional, exames médicos e encaminhamentos.

2) O programa estatístico - *Statistical Package for the Social Sciences* sociais – SPSS que serviu como veículo de análise dos dados quantitativos.

Procedimento

Foi feita uma carta ao Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas solicitando autorização para realizar a pesquisa: **As interfaces da promoção da saúde e um programa de aprendizagem profissional**. A instituição autorizou a realização da pesquisa e, em anexo, segue o Termo de Consentimento Institucional (anexo III). Em seguida foi feito o pedido de aprovação da pesquisa ao comitê de ética da Universidade Metodista de São Paulo. Após envio de toda documentação ao Comitê de Ética, a pesquisa foi aprovada na data de 29/11/2007, sob o número do protocolo – 163942 (anexo IV). Em agosto de 2007 os dados foram coletados na sede da instituição. Os resultados foram obtidos por meio de um levantamento de 280 prontuários preenchidos pelos adolescentes atendidos na instituição. Os dados arquivados em um banco de dados da Instituição foram transferidos para o Programa *Statistical Package for the Social Sciences* sociais – SPSS, sendo um total de 194 formulários de adolescentes ativos no Programa. Foram utilizados apenas os dados sócio demográficos destes formulários. Para os outros 96 formulários, foram organizados quadros com categorias e seus respectivos indicadores, de acordo com as questões que compõe parte do mesmo. Para compreender a percepção dos adolescentes no processo vivido no período na primeira fase foi feita análise de conteúdo, utilizando-se as seguintes questões do prontuário: experiência adquirida na capacitação, experiência profissional adquirida no projeto e avaliação pessoal na admissão e na demissão. Para identificar as expectativas na admissão, demissão e desligamento do programa, foram utilizadas as questões do prontuário referentes às expectativas na admissão, na demissão e desligamento do programa.

Local

O Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC é uma organização do terceiro setor, com atuação no município de Campinas/SP e tem como missão atender adolescentes e seu grupo familiar através de projetos educativos e culturais específicos, em uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e social, promovendo a construção da cidadania.

Foi fundado em 08 de maio de 1980, com o Programa de Liberdade Assistida (na época não se chamava Liberdade Assistida, só começou a ter esse nome após a promulgação do ECA em 1990), por iniciativa da Vara da Infância e Juventude, com um colegiado de organizações da Sociedade Civil da cidade de Campinas, tais como: Pontifícia Universidade

Católica - PUC, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Secretaria de Promoção Social do Município, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, entre outras.

Em 1987, o COMEC adquiriu sua sede própria, localizada na rua Abolição, 92, Ponte Preta, Campinas/SP, onde funciona até a presente data.

A princípio a entidade recebeu o nome de COMI (Centro de Orientação ao Menor Infrator) e posteriormente passou a ser denominada de COMEC (Centro de Orientação ao Menor de Campinas), devido às conseqüências negativas que o antigo nome trazia. Em 2000, o COMEC, acompanhando as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mudou pela terceira vez o seu nome para Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. Desta forma retirou o termo “menor” que estava diretamente vinculado ao antigo Código de Menores que, por possuir um modelo assistencial e correcional - repressivo, foi substituído pelo referido Estatuto. Faz se importante esclarecer que mesmo com a mudança do nome a sigla permaneceu a mesma, devido o seu reconhecimento no município.

O Programa de Liberdade Assistida (L.A.) acompanha adolescentes autores de ato infracional que cumprem como medida sócio – educativa a Liberdade Assistida, segundo os artigos 118 e 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Há 28 anos o COMEC iniciou seu trabalho de orientação junto aos adolescentes autores de ato infracional. A experiência mostrou que ainda era possível fazer uma intervenção efetiva com esses jovens. Em dezembro de 1991, por indicação da Secretaria da Promoção Social de Campinas, iniciou-se um trabalho educativo com adolescentes da Caixa Econômica Federal, pois se a recuperação era viável, muito mais eficaz, ainda, seria a prevenção. Esses jovens vivem em situação de risco pessoal e social. Muitos começam a trabalhar sem qualquer orientação e são, via de regra, expostos a situações de riscos de saúde, de vida ou terminam abandonando os estudos, o que os prejudica, em tudo, ao que se refere aos direitos que a lei lhes garante. Dessa experiência surgiu a necessidade de preparar os jovens, antes de encaminhá-los para o trabalho, foram sendo criados espaços que atendiam à demanda de necessidades que estes apresentavam, como acompanhamento escolar, cuidados pessoais, saúde entre outros.

O novo programa visava selecionar, capacitar e colocar na Caixa Econômica Federal 76 adolescentes, para executar serviços de auxiliar administrativo. O programa evoluiu e outras empresas procuraram o COMEC, novas parcerias foram efetivadas. A equipe de Educação para e pelo Trabalho – ET conta atualmente com profissionais de nível superior, de diferentes áreas a seguir: pedagogia, psicologia, terapia ocupacional, serviço social, uma

médica do trabalho e educadoras. Além dos profissionais, conta com parceria de Universidades para campo de estágio-supervisionado.

A partir de junho de 2008, o Programa de Educação para e pelo Trabalho mudou de nome e a partir de então recebeu o nome de Programa de Aprendizagem Profissional. Desde que foi criado em 1991, o Programa vem tendo transformações para se adequar às mudanças do mercado de trabalho e principalmente às mudanças legais, advindas da Lei 10.097 (Lei do Aprendiz). Com isso, foi avaliado pela equipe que o antigo nome não se adequava mais exatamente com o objetivo do Programa. Uma importante conquista, como resultado do trabalho, foi que o curso de Aprendizagem profissional em auxiliar administrativo e auxiliar comercial foram validados pelo Ministério do Trabalho e Emprego em Brasília, a partir da data de 12 de junho de 2008, sendo o COMEC a pioneira em Campinas a conseguir a validação pelo Ministério.

Em fevereiro de 2007 a Prefeitura Municipal de Campinas através da Secretaria Municipal de Cidadania Trabalho e Inclusão Social convidou o Comec para executar a Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Após análise da proposta e da elaboração do projeto o mesmo foi encaminhado e aprovado em setembro pelos Conselhos: de Assistência Social e de Direitos da Criança e do Adolescente. (COMEC, 2007).

Sendo assim, hoje o COMEC desenvolve três programas:

- O primeiro, desde 1980, denominado *Liberdade Assistida* – atendimento a adolescentes, autores de ato infracional, em conformidade com os artigos 118 e 119 da Lei 8069/90 (ECA).
- O segundo, desde 1991, denominado *Educação para e pelo Trabalho* – colocação e acompanhamento de adolescentes economicamente desfavorecidos no mercado formal de trabalho, nos termos dos artigos 68 e 69, da referida Lei.
- O terceiro, desde 2007, *Prestação de Serviços a Comunidade PSC*, acompanhamento de adolescentes e seus grupos familiares no período de cumprimento da medida socioeducativa de P.S.C. (Art. 117 do E.C.A.)o adolescente é encaminhado para o cumprimento da PSC pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude de Campinas. Passa pela recepção e triagem, sendo que durante os quatro primeiros atendimentos são construídas as principais linhas do plano personalizado de atendimento de cada adolescente e de seu grupo familiar, com intervenção socioeducativa e terapêutica em espaços: individuais, grupais, oficinas, cursos, no COMEC e na rede assistencial, educacional e particular para o adolescente e seu grupo familiar.

Programa de Aprendizagem Profissional - PAP

Os adolescentes chegam à Instituição encaminhados pela Rede Municipal ou Estadual de Ensino, pela rede de serviço e por outras instituições e programas, no período em que é organizada a seleção (ocorrem sempre em julho e janeiro) para ingresso no Programa. Critérios são estabelecidos para esse encaminhamento junto às parcerias mencionadas, como forma de pré – requisitos para participação na seleção.

Critérios

Os critérios de encaminhamento para seleção são: estar matriculado regularmente no Ensino Médio de Escolas Públicas, residirem na cidade de Campinas ou Paulínia, renda familiar de até um salário mínimo per capita, ter boa frequência e aproveitamento escolar.

Seleção

Os jovens, encaminhados para participar do processo seletivo, provêm dos seguintes órgãos:

- SENAC – Serviço Nacional do Comércio (oriundos do curso de Educação para o Trabalho).
- Rede Municipal de Ensino de Campinas.
- Secretaria da Criança e do Adolescente de Paulínia.
- Entidades filiadas à FEAC, registradas no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Campinas (CMDCA).

Processo de Seleção

No processo de seleção os adolescentes passam por três etapas, sendo que todas são acompanhadas por profissionais da equipe. Essas etapas se dividem em: preenchimento individual de um formulário (avaliação individual), dinâmica de grupo (avaliação grupal) e uma entrevista com o adolescente e responsável. O formulário de seleção/ ingresso, que será um dos formulários utilizados para o estudo em questão, é composto por: dados sociodemográficos (estado civil, sexo, idade, renda, moradia, etc.), questões relacionadas à história de vida do adolescente, questões direcionadas as possíveis formas de lidar com

problemas que podem aparecer no trabalho, questões de língua portuguesa e matemática para avaliar seu desempenho escolar e um desenho livre. Na ocasião do ingresso do adolescente no PAP ele preenche este formulário com a presença de um profissional da equipe ao qual ele pode recorrer no caso de dúvidas quanto ao preenchimento.

Com os adolescentes selecionados, após discussão de casos pela equipe, é agendada uma reunião com o adolescente e seu responsável legal. Essa reunião acontece de forma coletiva, ou seja, com todos os adolescentes selecionados e seus respectivos responsáveis para serem passadas todas as informações necessárias e esclarecidas possíveis dúvidas para participação do adolescente no Programa, bem como de sua família. Para essa reunião, equipe do próprio Programa responsável pelo acompanhamento/ atendimento dos adolescentes, da família e supervisores das empresas, informa sobre assuntos que envolvem esses três atores sociais.

Atividades Desenvolvidas no Programa

Sendo assim, os adolescentes iniciam sua participação no Programa, passando a princípio pelo período de vivências e aprendizados, no módulo denominado: Módulo Básico (capacitação), que consiste em quatro atividades: Vivendo e Aprendendo, Informática (em parceria com o Comitê para Democratização da Informática CDI - Campinas), Tópicos Básicos de Administração, Comércio e Serviços Bancários e Matemática Básica.

Em seguida, Módulo Específico (projeto), é a aprendizagem prática realizada nas empresas parceiras, com todos os direitos garantidos pela lei 10.097/00, decreto 5598/05, lei 11.180/05. O jovem continua a parte teórica, concomitantemente, durante todo o período que permanece na empresa. Esse acompanhamento teórico ocorre nas dependências do COMEC bem como nas empresas. Deste módulo constam 3 matérias: rotina comercial – 82 h; rotina de auxiliar administrativo – 82h; vivendo e aprendendo II – 62 h. Os jovens em aprendizagem prática concluem seu contrato após dois anos de permanência na empresa; esses jovens vão sendo substituídos pelos que finalizaram o Módulo Básico. Além de acompanhar o jovem, nossa equipe técnica realiza reuniões periódicas com seu supervisor na empresa e com seu grupo familiar.

Além desses dois módulos também são realizados encontros e atendimentos com grupos de Jovens Formados. Trata-se dos adolescentes que já terminaram o Módulo Básico e estão aguardando vagas nas empresas para iniciarem o Módulo Específico. São feitos grupos de discussão, reflexão e vivências sobre temas relacionados ao mundo do trabalho de acordo

com as dúvidas, preocupações e ansiedades trazidas pelo grupo, com os jovens e seu grupo familiar.

O processo objetiva que o adolescente tenha um aprendizado para a vida, para suas relações internas e externas, sendo o trabalho enquanto atividade humana uma possível transformação e preparação para vida. As atividades grupais diversas são oferecidas ao adolescente e o prepara não, apenas, para o mercado de trabalho, mas sim, para o mundo do trabalho, para a vida. Isso significa dizer que questões como ensino, oficinas de geração de renda, atividades culturais e trabalho em grupo façam parte desse aprendizado.

Os atendimentos são prioritariamente grupais e quando necessário são feitos atendimentos individuais, utilizando-se o Psicodrama como base conceitual desse trabalho. Dependendo do contrato e acordo feito com cada empresa, a frequência com que o adolescente pode participar das atividades grupais podem ser semanais ou mensais.

Além dos cursos de educação básica e demais atividades grupais desenvolvidas junto a equipe também é feito um trabalho juntamente com a médica do trabalho, que aborda, discute e reflete com os grupos temas relacionados a saúde do adolescente, como: prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de gravidez precoce, consumo e abuso de substâncias psicoativas, alimentação saudável.

A Família

É desenvolvido um trabalho com a família desde o início da entrada do adolescente no Programa. São formados grupos de atendimentos de responsáveis, podendo ser tanto a mãe ou o pai, ou ainda alguém que se sente responsável pelo adolescente, para participar dos grupos onde são trabalhadas questões e necessidades do próprio grupo. Quando necessário, também são feitos atendimentos individuais e encaminhamentos para a rede de serviços. A equipe já enfrentou dificuldades para envolver todos os responsáveis nesses grupos, por motivos de trabalho, pelo fato de terem mais filhos, muitas vezes pequenos, ou mesmo devido alguma resistência de estar nesse espaço. Porém, a equipe tentou trabalhar essa questão junto aos responsáveis para melhorar tanto a frequência como a sua participação nos grupos. São realizadas entrevistas domiciliares semanalmente pela assistente social do Programa e quando necessário outro profissional da equipe pode acompanhá-la.

No contato inicial com os pais ou responsável legal é observado tanto nos adolescentes como na família a grande necessidade do emprego para que o adolescente possa contribuir na

renda familiar. Sendo que essa pode ser mais uma renda para casa ou a única, o que pode tornar ainda maior sua responsabilidade como provedor de bens para família.

Embora seja explicado que o caráter educativo prevalece sobre o produtivo (que não trata-se de um emprego, mas sim de aprendizagem profissional), alguns adolescentes só conseguem perceber a importância da preparação, capacitação e acompanhamento ao longo do período que participam do Programa, para outros no ato do desligamento é notado que realmente o fator salário foi mais importante, mesmo que para alguns não seja consciente as mudanças ocorridas na própria vida, são observados movimento de crescimento, maturidade.

Os Supervisores

Com os supervisores, reuniões são feitas com frequência na própria empresa para acompanhar o desenvolvimento do trabalho com os adolescentes, além de solucionar possíveis problemas que podem envolver o adolescente, tanto para dificuldade na aprendizagem prática na empresa quanto para suas relações pessoais no ambiente de trabalho. Nesse trabalho é importante que todos os supervisores participem das reuniões, acompanhem, discutam e busquem soluções para situações difíceis (COMEC, 2007).

Para melhor compreensão dos conteúdos trabalhados com os adolescentes, será apresentado um esquema subdividido em três áreas: educação informal, saúde e questões voltadas para o trabalho. A divisão feita foi pensada apenas para apresentação didática dos conteúdos, afinal, quando fala-se em promoção da saúde, essas áreas interagem umas com as outras. Importante considerar que essa divisão foi feita para esse estudo, pensando-se nas interfaces da educação e trabalho em um programa de promoção de saúde.

Primeira Fase do Programa:

Nesta fase os adolescentes são preparados para serem encaminhados e acompanhados na aprendizagem profissional em empresas/ comércio. Seguem os conteúdos desta fase, subdivididos em questões voltadas para educação, saúde e trabalho:

Educação informal

(temas trabalhados principalmente no módulo Vivendo e Aprendendo):

- Trabalhar em grupo questões como identidade (intrapessoal) e integração grupal (interpessoal), percepção de si, do outro, do grupo;
- Promover atividades culturais, atividades ambientais (responsabilidade sócio-ambiental);
- Orientação profissional: trabalho desenvolvido para as possíveis escolhas e decisões.

Questões de saúde

(temas trabalhados principalmente no módulo Vivendo e Aprendendo):

- Trabalhar questões de higiene corporal e vestimenta;
- Informar sobre alimentação saudável, bons hábitos de vida;
- Noções de primeiros socorros;
- Educação sexual: promoção da saúde e prevenção de doenças;
- Prevenção de doenças ocupacionais;
- Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;
- Informar e discutir sobre o uso e abuso de substâncias psicoativas.

Questões educativas para o trabalho

(temas trabalhados principalmente nos Tópicos Básicos de Administração, Comércio e Serviços Bancários, na Informática e na Matemática):

- Iniciação ao curso de auxiliar administrativo, com temas sobre: rotina de escritório, apoio logístico, postura profissional, relações interpessoais no trabalho, arquivamento, hierarquia, ética;
- Curso de informática;
- Noções de cooperativismo e empreendedorismo;
- Matemática: operações básicas, porcentagem, juros, raciocínio lógico.

Segunda Fase do Programa :

O contrato de trabalho e as relações trabalhistas com o adolescente são feitos na própria Instituição, com base nos artigos 65 e 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), nas Consolidações das Leis de Trabalho (CLT) e há cinco anos na Lei do Jovem Aprendiz - 10.097/00. No ano de 2005 passou-se a contratar pela Lei do Jovem Aprendiz.

Antes de ingressar para parte prática do Programa nas empresas, é realizada um entrevista admissional com os adolescentes. A entrevista é composta por questões que tratam da experiência na primeira fase, auto-avaliação do adolescente e expectativas para segunda fase. Este formulário é preenchido pelo adolescente no momento da admissão e demissão da empresa e no desligamento do PAP. É feita uma entrevista com o adolescente. Próximo ao término do contrato, outra entrevista é realizada, entrevista de demissão. Esta entrevista procura analisar a auto-avaliação do adolescente no final do aprendizado, sua permanência, aproximação do desligamento e possíveis projetos para o futuro. São questões relacionadas à percepção do adolescente quanto ao processo vivido no PAP. Além disso, podem contribuir para que os adolescentes dêem continuidade aos seus projetos de vida, seja com outros trabalhos ou nos estudos.

Na maioria dos casos são empresas que contratam os adolescentes e o Programa só faz o acompanhamento e fornece cursos. Para resolução de eventuais problemas que envolvam os adolescentes, a equipe do Programa de Aprendizagem Profissional vai buscar soluções junto às empresas para situação do adolescente. Buscar soluções implica em um trabalho da equipe do programa junto com pessoas responsáveis pelos adolescentes na empresa – os supervisores, visando o processo educacional dessa parceria, em outras palavras é a equipe quem fornece suporte nessas situações, ao mesmo tempo em que desenvolve um trabalho com os supervisores, isso envolve atender as necessidades do adolescente e quando necessário a

família. Embora seja dado o suporte e acompanhada uma dada situação, há casos em que a empresa rompe o vínculo com o adolescente, não mais de responsabilizando pelo mesmo. Exemplos disso são: possível gravidez, problemas na família que podem repercutir no trabalho, dificuldade de adaptação ao ambiente e relações no trabalho, desempenho insuficiente do aprendiz, falta disciplinar grave, abandono ou baixa frequência na escola, entre outros. E quando a empresa rompe com o adolescente, a organização assume a responsabilidade, dando continuidade no processo de aprendizagem ou no trabalho de desligamento e encaminhamento para outros serviços, caso necessário.

Com a lei 10.097/00, Lei do Aprendiz, o COMEC foi a primeira organização de Campinas a adaptar seus cursos às exigências da nova legislação, capacitando a equipe do programa para implantação de curso de certificação de auxiliar administrativo. Em 2002 o novo curso foi registrado no CMDCA e na Delegacia Regional do Trabalho. Em 2005 o Comec recebeu a inscrição definitiva, emitida pelo CMDCA, como Entidade Certificadora. Em 2007, começou a oferecer também o curso de auxiliar comercial e em 2008 de auxiliar em serviços bancários, ambos também inscritos no CMDCA e DRT. Em 2008, os cursos de Auxiliar Administrativo e Comercial foram validados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e o de Serviços Bancários já foi cadastrado no sítio do MTE e está aguardando resposta quanto a validação (COMEC, 2007).

Lei 10097/00 - Jovem Aprendiz

O fato mais marcante ocorrido no Brasil para o reconhecimento crescente de direitos é o nascimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a lei 8.069/90 substituindo o Código de Menores. Inspirado na Convenção dos Direitos da Criança de 1989, na Constituição de 1988 e em outras leis internacionais, passa a reger a totalidade dos assuntos referentes à infância e adolescência no país. A Constituição Federal de 1988 já promovera a fundamentação necessária para o nascimento de uma legislação mais avançada, principalmente através de seu artigo 227 que deixava claro, "o dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão" (BRASIL, 1998).

Ao proibir o trabalho aos menores de 16 anos, a Constituição da República de 1988 ressalvou a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. No Brasil, historicamente, a aprendizagem é regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e passou por um processo de modernização com a promulgação das Leis nos 10.097, de 19 de dezembro de 2000, 11.180, de 23 de setembro de 2005, e 11.788, de 25 de setembro de 2008.

A formação técnico-profissional de adolescentes e jovens amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, tornando mais promissor o futuro da nova geração.

O manual do Aprendiz, criado em abril de 2006, tem como proposta esclarecer as questões relacionadas à Lei da Aprendizagem e, assim, orientar os empresários sobre os procedimentos que devem ser adotados para contratação de aprendizes. A Lei, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/05, proporciona à juventude brasileira os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho de uma profissão, permitindo aos aprendizes a oportunidade de terem sua primeira experiência como trabalhadores, a partir do contrato social de trabalho firmado com as empresas. Com isso, espera-se que mais do que cumprir o que determina a legislação, as empresas, conscientes da sua responsabilidade social, terão interesse em admitir jovens de 14 a 24 anos. E o fato de ser uma política pública de Estado parece dar mais certeza de que permanecerá tornando-se um direito fundamental dos adolescentes e jovens para a construção de uma sociedade mais justa e solidária (BRASIL, 2006).

A aprendizagem no Brasil, historicamente regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (BRASIL, 2008) no capítulo referente a adolescentes, passou por um processo de modernização com a promulgação das Leis números 10.097/00 e 11.180/05. Esta última foi responsável por estender até 24 anos a faixa etária dos aprendizes. O Decreto nº 5.598/05, que motivou a criação desse manual, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi elaborado para estabelecer parâmetros necessários ao cumprimento da legislação e, assim, regulamentar a contratação de aprendizes nos moldes propostos.

A aprendizagem prepara o indivíduo não somente para desempenhar atividades profissionais, como também para que ele consiga ter discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. A formação técnico-profissional deve ser formada por atividades teóricas e práticas, organizadas de forma que a complexidade das atividades seja progressiva, respeitando o desenvolvimento e processo de ensino-aprendizagem dos adolescentes e jovens. De preferência esse trabalho precisa acontecer em programa correlato às atividades desenvolvidas nas empresas contratantes, sempre em funções que permitam

formação profissional. Formação essa que precisa ser acompanhada em programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de instituições de aprendizagem, legalmente qualificadas (BRASIL, 2006).

O aprendiz é o jovem com idade entre 14 e 24 anos, matriculado em curso de aprendizagem profissional e admitido por estabelecimentos de qualquer natureza, que possuam empregados regidos pela CLT. O ingresso em programas de aprendizagem deve observar a prioridade legal atribuída aos Serviços Nacionais de Aprendizagem, às Escolas Técnicas de Educação e às Entidades sem Fins Lucrativos. Estas instituições devem ter os objetivos da assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no tocante ao que diz respeito a aprendizes na faixa dos 14 aos 18 anos.

Por se tratar de um direito trabalhista, regido pela CLT, cabe ao MTE fiscalizar o cumprimento da legislação vigente sobre a aprendizagem, bem como esclarecer dúvidas por quaisquer das partes envolvidas (BRASIL, 2006).

O Contrato de Aprendizagem

É um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, com duração máxima de dois anos. O empregador se compromete a assegurar ao adolescente com idade superior a 14 anos até os 18 anos, e ao jovem a partir dos 18 anos até os 24 anos, inscritos em programas de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Além disso, se propõe a assegurar a atividade com zelo e diligência às tarefas necessárias a esta formação (art. 428 da CLT).

O conteúdo pedagógico é desenvolvido por meio de atividades teóricas e práticas, sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, devendo conter, basicamente, os objetivos do curso de aprendizagem, os conteúdos a serem ministrados e a carga horária prevista (art. 1º, 3§, III e IV da IN nº 26, de 20 de dezembro de 2001).

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas
Organograma Funcional

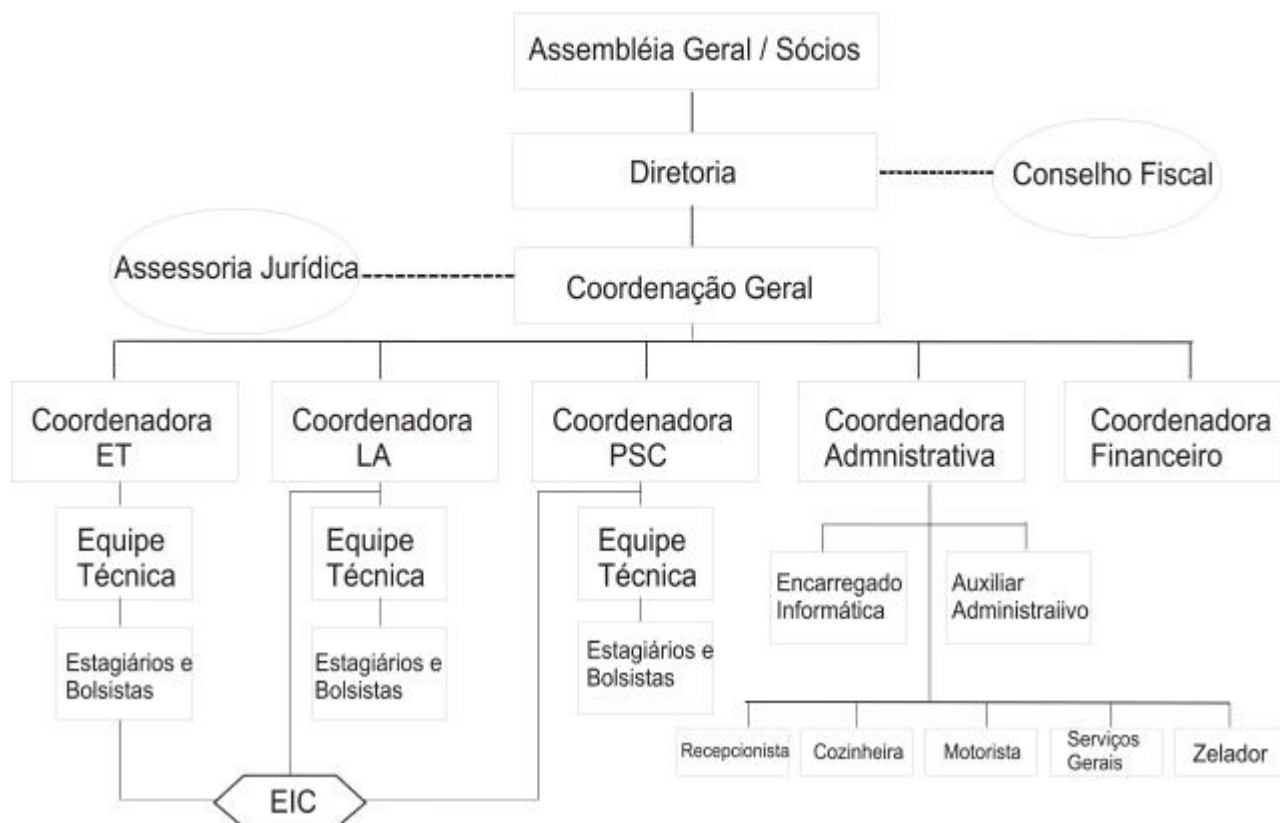


Figura 1 - Organograma Funcional do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC, 2007).

Análise de Conteúdo

Desde o início do século vinte, durante aproximadamente quarenta anos, a análise de conteúdo se desenvolve nos Estados Unidos, época em que o rigor científico utilizado era o da medida e o material analisado, que essencialmente era o jornalístico.

Para que se entendam as comunicações, que se pretendem conhecer para além dos seus significados imediatos, tornou-se útil o recurso da análise de conteúdo. De maneira geral pode-se dizer que a subtileza dos métodos da análise de conteúdo, corresponde aos seguintes objetivos: a ultrapassagem da incerteza e o enriquecimento da leitura.

Para a ultrapassagem da incerteza, a autora faz alguns questionamentos para compreensão desse objetivo: “o que eu julgo ver na mensagem estará realmente contido, podendo essa ‘visão’ muito pessoal, ser compartilhada por outros”? Para explicar o segundo objetivo, a autora elabora outra questão: “será a minha leitura válida e generalizável? Se um olhar imediato, espontâneo, já é fecundo, não poderá uma atenta leitura, ampliar a produtividade e pertinência? Pela descoberta dos conteúdos e estruturas que confirmam ou infirmam aquilo que se busca demonstrar a propósito das mensagens, ou pelo esclarecimento de elementos de significações suscetíveis de guiar a uma descrição de mecanismos de que a princípio não tínhamos a compreensão.

As duas funções¹, heurística e de administração de provas², da análise de conteúdo, na prática, podem coexistir de forma complementar. Isso acontece, principalmente quando o analista se dedica a um domínio da investigação ou a um tipo de mensagem pouco explorada, onde carecem ao mesmo tempo da problemática de base e às técnicas a serem utilizadas. Nesse exemplo, as duas funções interagem, reforçando-se mutuamente. Segundo a autora, a análise “às cegas”, aplicando de forma quase aleatória (método de tentativa e erros)

¹ A análise de conteúdo de mensagem que deveria ser aplicável, com maior ou menor facilidade a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte (tendo evidentemente como terreno de eleição o código lingüístico) há duas funções que podem ou não se dissociar na prática. Uma dessas funções é a heurística, que indica que a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a possibilidade de descoberta. A autora considera que é a análise de conteúdo “para ver o que dá”.

² Outra função é a de administração da prova. São as hipóteses sob a forma de questões ou afirmações provisórias que servem de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação. Essa é a análise de conteúdo “para servir de prova”.

procedimentos de inventário e de classificação, como por exemplo, começar pelos mais fáceis de serem manejados, poderão surgir hipóteses que servirão de diretrizes para o analista elaborar as técnicas mais apropriadas à sua verificação. Por outro lado, os analistas já orientados para começar com uma problemática teórica, poderão, no decorrer da investigação “investigar” novos instrumentos que favoreçam novas interpretações. Isto mostra que para os procedimentos de leituras sistemáticas, porém não sistematizadas, há muitas vezes uma passagem incessante do corpo teórico: hipóteses, resultados; que se enriquece ou modifica de forma progressiva, às técnicas que se aperfeiçoam no decorrer do trabalho: lista de categorias, grelhas de análise, matrizes, modelos. Esse trabalho contínuo permite facilmente a compreensão da freqüente impressão de dificuldade no início de uma análise, pois nunca se sabe exatamente “por onde começar”.

A análise de conteúdo é um método muito empírico, que depende do tipo de “fala” a que se destina e do tipo de interpretação que se intenciona como objetivo. Na análise de conteúdo não existe o “pronto”, mas regras de base, que em algumas vezes são intransponíveis. A técnica de análise adequada ao domínio e objetivos tem que ser reinventada a cada instante, exceto para casos simples e generalizados (BARDIN, 1977)

O Campo da Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações, tratando-se de um instrumento marcado por uma enorme disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito amplo: as comunicações.

A análise de conteúdo pode ser uma análise de “significados” (análise temática), podendo ser também uma análise dos “significantes” (análise dos procedimentos). Por outro lado, o “tratamento descritivo” constitui um primeiro momento do procedimento, mas não é exclusivo da análise de conteúdo. Outras disciplinas que também utilizam da linguagem ou sobre a informação, também podem ser descritivas, como: a lingüística, a semântica e a documentação (BARDIN, 1977).

Inferência

Faz-se necessário completar os segmentos de definições já adquiridas, colocando em evidência a finalidade, implícita ou explícita, de qualquer análise de conteúdo. Assim, a intenção da análise de conteúdo é “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção) inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (idem).

As inferências podem responder a dois tipos de problemas: o que é que **conduziu** a um determinado enunciado? (este aspecto se refere às causas ou antecedentes da mensagem). Quais as **conseqüências** que um enunciado específico vai provavelmente provocar? (aspecto que se refere aos possíveis **efeitos** das mensagens, por exemplo, os efeitos de uma campanha publicitária, de propaganda).

O processo dedutivo ou inferencial a partir de índices ou indicadores não é raro na prática científica. A tentativa do analista é compreender o sentido da comunicação, mas também e principalmente “desviar” o olhar para outra significação, outra mensagem entrevista por meio ou ao lado da primeira mensagem. A leitura efetuada pelo analista do conteúdo das mensagens não é, ou não é unicamente uma leitura a letra, mas o realce de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, mas atingir por meio dos significantes ou de significados (manipulados), outros significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, entre outras.

O terreno, o funcionamento e o objetivo da análise de conteúdo, definitivamente, podem ser resumidos da seguinte maneira:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (BARDIN, 1977, p. 42).

Sendo assim, ao domínio da análise de conteúdo, pertencem todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com a contribuição de indicadores passíveis ou não de quantificação. Esta abordagem tem como finalidade fazer deduções lógicas e justificadas, referente à origem das mensagens levadas em consideração: o emissor e seu contexto, ou eventualmente, os efeitos dessas mensagens.

O analista tem a sua disposição (ou cria) um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas à natureza do material e a questão que procura resolver. Pode usar uma ou várias operações complementares, de forma a enriquecer os resultados, ou aumentar sua validade, a fim de ter uma interpretação final fundamentada. Qualquer análise objetiva busca fundamentar impressões e juízos intuitivos, por meio de operações conducentes a resultados de confiança.

São três as diferentes fases da análise de conteúdo, que se organizam em três pólos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Pré-análise

Nessa fase inicia-se a organização do material correspondente a um período de intuições. Tem como objetivo operacionalizar e sistematizar as idéias iniciais, de forma a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações que se seguem, em um plano de análise. Com ou sem a utilização de um ordenador, é preciso estabelecer um programa que, podendo ser flexível, ou seja, que permita a introdução de novos procedimentos no decorrer da análise deve, no entanto, ser preciso. Na maioria dos estudos, essa primeira fase possui três funções: a *escolha dos documentos*, a *formulação das hipóteses e dos objetivos* e a *elaboração de indicadores* que fundamentem a interpretação final. Embora esses três fatores não se sucedam obrigatoriamente em uma ordem cronológica, eles mantêm uma estreita relação entre si.

A **leitura flutuante**, como primeira atividade, consiste em estabelecer contatos com os documentos que serão analisados e permite conhecer o texto a partir das impressões e orientações. Aos poucos a leitura vai se tornando mais precisa em função das hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e possível aplicação de técnicas utilizadas em materiais semelhantes. A **escolha dos documentos** pode inicialmente ser determinada pelos documentos de análise ou então pelo objetivo, que, por conseguinte, convém escolher o universo de documentos que forneçam informações sobre o problema levantado. Com o universo demarcado, é importante que se constitua um *corpus*, ou seja, um conjunto de documentos para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Na maioria das vezes é constituído por escolhas, seleções e regras, sendo as principais regras: da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Na regra da exaustividade, definido-se um *corpus*, é necessário levar em conta todos os elementos que o constitui. Em outras palavras, nenhum elemento pode ser excluído, por qualquer razão que seja. Esta regra é a de não-seletividade.

Na regra de representatividade, a análise pode ser considerada como uma amostra, desde que, o material sirva para isto. A amostragem será rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicialmente levantado. Desta forma, os resultados obtidos serão generalizados ao todo.

Para a regra da homogeneidade os documentos devem ser homogêneos, eles devem obedecer a critérios precisos das escolhas feitas e não apresentar grande singularidade fora destes critérios. Como exemplo, Bardin (1977) cita as entrevistas de inquérito feitas sobre um dado tema. Todas devem referir-se a esse tema, terem sido obtidas por meio de técnicas idênticas e serem realizadas por indivíduos semelhantes. Esta regra é principalmente utilizada quando se pretende obter resultados globais ou para comparar entre si resultados globais.

Na regra de pertinência os documentos devem ser adequados, como fonte de informação, de maneira que correspondam ao objetivo que pretende a análise.

Na **formulação das hipóteses e dos objetivos**, uma hipótese é uma afirmação temporária a que nos propomos verificar, confirmar ou infirmar, de acordo com os procedimentos da análise. É considerada como uma suposição em que a origem é a intuição e que permanece suspensa enquanto não for submetida à prova de dados precisos. O objetivo é a finalidade geral, o quadro teórico e/ ou pragmático no qual os resultados tidos serão utilizados. Geralmente o trabalho do analista é orientado por hipóteses implícitas.

“Daqui as necessidades das posições latentes serem reveladas e postas à prova pelos fatos, posições estas susceptíveis de introduzir desvios nos procedimentos e nos resultados. Formular hipóteses consiste, muitas vezes, em explicitar e precisar e, por conseguinte, em dominar dimensões e direções de análise, que apesar de tudo funcionam no processo.” (BARDIN, 1977, p. 99).

Para **referenciação dos índices** e a **elaboração de indicadores**, caso os textos sejam considerados como uma manifestação contendo índices que a análise vai “fazer falar”, o trabalho a ser preparado será o da escolha destes em função das hipóteses (caso estejam determinadas) e sua organização em indicadores. Escolhidos os índices, segue-se com a construção de indicadores seguros e precisos desde. Desde a pré-análise operações de recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e as formas de codificação para o registro dos dados devem ser determinadas.

Exploração do Material

Fase longa e trabalhosa que consiste fundamentalmente de operações de **codificação**, desconto ou enumeração em detrimento das regras previamente elaboradas.

A **codificação** é considerada a transformação efetuada segundo normas seguras dos dados brutos do texto. Esta transformação pode ser dada por meio de recorte, agregação e enumeração, que permite alcançar uma representação do conteúdo ou da sua expressão, compatível ao esclarecimento do analista em torno das características do texto, que podem servir de índices. No caso de uma análise quantitativa e categorial, a organização da codificação compreende três escolhas: a escolha das unidades (recorte), a escolha das regras de contagem (enumeração) e a escolha das categorias (classificação e agregação).

As **unidades de registro** e de **contexto** são elementos de um texto que precisam ser levadas em consideração, de maneira a responder de forma pertinente as características do material e aos objetivos da análise. A unidade de registro é a unidade de significação a ser codificada e corresponde ao conteúdo que servirá de unidade de base, objetivando a categorização e a contagem frequencial. Uma das unidades de registro mais utilizadas é o **tema**.

O **tema** é uma característica da análise de conteúdo, muito utilizada em análise temática. Realizar uma análise temática é descobrir os ‘núcleos de sentido’ que formam a comunicação. Sua presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo escolhido. Geralmente é utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de valores, crenças, etc. Alguns exemplos que podem ser, e frequentemente são analisados tendo o tema por base, são as respostas as questões abertas, as entrevistas (mais estruturadas ou não diretivas) individuais ou de grupo, de inquérito ou de psicoterapia, as sessões de psicodrama, as comunicações em massa, etc.

A unidade de contexto é considerada como uma unidade de compreensão para codificar a unidade de registro. Ela corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões superiores às da unidade de registro, ajudam a compreender a significação exata da unidade de registro.

O tratamento dos Resultados e Interpretação

Com os resultados significativos e seguros a sua disposição, o analista, pode propor inferências e antecipar interpretações a propósito dos objetivos previstos ou que digam

respeito a outras descobertas. Os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas podem sustentar uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas ou por meio de técnicas diferentes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Análise Quantitativa dos Dados

Tabela 1 – Dados sócio-demográficos - Caracterização da população adolescente atendida no PAP

Variáveis	Níveis	Frequência	Porcentagem
Gênero	Masculino	104	53,60%
	Feminino	89	45,90%
	Em Branco	01	0,50%
Idade	15 anos	27	13,90%
	16 anos	78	40,20%
	17 anos	84	43,30%
	18 anos	04	2,10%
	Em Branco	01	0,50%
Status	Trabalhando	127	65,50%
	Capacitação	67	34,50%
Cidade Natal	Campinas	117	60,35%
	Paulínia	19	9,80%
	Outras	56	28,90%
	Em branco	02	1,0%
Estado Civil	Solteiro	180	92,8%
	Em Branco	14	7,20%
Religião	Católica	89	45,90%
	Evangélica	57	29,40%
	Outras	28	14,40%
	Em branco	20	10,30%
Cor de pele ou raça ³	Branca	101	52,10%
	Negra	28	14,40%
	Mestiça	36	18,6%
	Outras	10	5,20%
	Em branco	19	9,80%
Número de pessoas que moram na casa	02	07	3,60%
	03	25	12,90%
	04	62	32,00%
	05	44	22,70%
	06	22	11,30%
	07	11	5,70%
	Até 11	06	3,00%
	Em branco	17	8,8%
Cidade que reside	Campinas	156	80,4%
	Paulínia	30	15,5%
	Outros	08	14,0%

³ Denominação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008): “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira”

Conforme mostra a tabela, os adolescentes que participavam do programa, ao todo foram 194 no momento da pesquisa, sendo 104 (53,6%) do gênero feminino e 89 (45,9%) do gênero masculino. Como mostram outros autores (GUIMARÃES & ROMANELLI, 2002; ARTECHE & BANDEIRA, 2006) estudos têm se desenvolvido com adolescentes de ambos os gêneros inseridos no mercado de trabalho, o que pode nos levar a pensar que as adolescentes estão deixando de ajudar na casa enquanto os mais velhos saem para trabalhar, principalmente quando se trata de afazeres dirigidos pela mulher da casa ou nesse caso na maioria das vezes a mãe. Além da contribuição para o orçamento familiar, alguns adolescentes percebem que a dimensão do trabalho é ainda maior, comportando também aspectos relacionados a valoração moral, a mobilidade social e o acesso aos bens de consumo, tanto materiais quanto culturais (ALBUQUERQUE, 2003).

A faixa-etária dos adolescentes que participaram da pesquisa estava entre 15 e 18 anos, sendo a maioria com 17 (43,3%) e 16 anos (40,2%) e a minoria com 15 (13,9%) e 18 (2,1%) anos. Nesse período, estavam contratados pelas empresas conveniadas 127 (65,5%) dos adolescentes e na capacitação 67 (34,5%). O número de adolescentes no trabalho se deve ao número de vagas disponíveis pelos contratos com as empresas. Quanto à cidade natal dos adolescentes a maioria provinha da cidade de Campinas, 117 (60,35%), em seguida e em menor número adolescentes do município de Paulínia 19 (9,8%) e de outras cidades 56 (28,9). Apenas 02 (1%) deixaram de responder a essa questão. Para a questão sobre estado civil, fica evidente o número de adolescentes solteiros 180 (92,8%). Pode-se dizer nesse caso que pelo momento de vida em que se encontravam ainda não estavam em condições psicológicas, físicas, financeiras e emocionais para assumir compromissos de morar junto ou assumir casamentos. Observou-se por esses dados que não havia situações de namoro, gravidez precoce. Quatorze adolescentes (7,2 %) não responderam a esta pergunta. A religião foi outra questão considerada para verificar o perfil da população atendida: 89 (45,9%) responderam ser adeptos da religião católica, 57 (29,4%) da religião evangélica, 28 (14,4%) outras e 20 (10,3%) deixaram a questão em branco. A população pesquisada mostra que 101 (52,1%) eram branco, 36 (18,6%) mestiços e 28 (14,4%) negros. Em branco ficaram 19 (9,8%) e aqueles que responderam outras 10 (5,2%). Em relação ao número de pessoas que moravam na casa no período da pesquisa, 62 (32%) adolescentes disseram ter quatro pessoas morando na casa, em seguida temos 44 (22,7%) com cinco pessoas, 25 (12,9%) com três pessoas, 22 (11,3%) com seis, 11 (5,7%) com sete pessoas, 07 (3,6%) responderam duas pessoas, 06 (3%)

de oito a onze pessoas e 17 (8,8%) deixaram a questão em branco. A questão sobre a cidade onde residiam 156 (80,4%) estavam em Campinas, 30 (15,5%) em Paulínia e 08 (14%) deixaram a questão em branco (Tabela 1).

Tabela 2 – Situação de moradia da população adolescente atendida no PAP

Variáveis	Níveis	Frequência	Porcentagem
Situação da casa	Própria	102	52,6%
	Outras	41	21,1%
	Em Branco	31	16,0%
	Alugada	20	10,3%
Tipo	Casa	153	78,90%
	Em branco	25	12,90%
	Apartamento	07	3,60%
	Cômodos	5	2,60%
	Outros	4	2,10%
Cômodos	5 – 7	88	45,40%
	2 – 4	58	29,90%
	Em branco	38	19,60%
	8 – 11	10	5,10%
Construção	Alvenaria	131	67,50%
	Branco	55	28,40%
	Outras	08	4,10%
Situação da água	Rede pública	161	83,0%
	Em branco	24	12,40%
	Outros	09	4,60%
Situação da energia Elétrica	Relógio próprio	153	78,90%
	Em branco	23	11,90%
	Outros	12	6,20%
	Relógio comunitário	06	3,10%
Situação da rede de esgoto	Rede pública	144	74,20%
	Em branco	27	13,90%
	Outros	23	11,90%
Asfalto	Não	99	51,0%
	Sim	95	49,0%

A situação da moradia mostra que 102 (52,6%) famílias tinham a casa própria, 20 (10,3%) viviam em situação de aluguel, 41 (21,1%) em outras situações e 31 (16%) deixaram em branco. Quanto ao tipo da moradia 153 (78,9%) responderam morar em casa, 07 (3,6%) em apartamento, 05 (2,6%) em cômodos, 04 (2,1%) responderam outros e 25 (12,9%) deixaram a questão em branco. Em relação aos cômodos da casa 88 adolescentes (45,4%) responderam ter de cinco a sete cômodos, 58 (29,9%) de dois a quatro cômodos, 10 (5,1%) de oito a onze e 38 (19,6%) deixaram em branco. Quanto à construção da casa foi verificado que 131 (67,5%) adolescentes responderam que era alvenaria, 08 (4,1%) outras construções e 55

(28,4%) deixaram em branco. A situação da água registrada pelos adolescentes mostra que 161 (83%) recebem abastecimento da rede pública, 09 (4,6%) por outros meios e 24 (12,4%) deixaram a questão em branco. Quanto à situação da energia elétrica 153 (78,9%) adolescentes possuíam relógio próprio, 12 (6,2%) de outras formas, 06 (3,1%) do relógio comunitário e 23 (11,9%) deixaram em branco. No que se refere à rede de esgoto os adolescentes responderam que 144 (74,2%) se beneficiam da rede pública, 23 (11,9%) de outras formas e 27 (13,9%) em branco. Sobre as condições do asfalto 99 (51%) respondeu que não tinham e 95 (49%) que sim (Tabela 2)

Tabela 3 – Situação de escolaridade da população adolescente atendida no PAP

Variáveis	Níveis	Frequência	Porcentagem
Início capacitação	1º Ensino médio	84	43,30%
	2º Ensino médio	48	24,70%
	8ª série	45	23,20%
	Outros	09	4,60%
	Em branco	08	4,10%
Período de estudo	Noturno	73	37,60%
	Matutino	65	33,55%
	Vespertino	33	17,0%
	Em branco	23	11,90%

Uma das condições para os adolescentes participarem do programa era a de estarem matriculados no ensino regular. No início da capacitação as séries registradas eram 84 (43,3%) no primeiro ano do ensino médio, 48 (24,7%) segundo ano do ensino médio, 45 (23,2%) oitava série do ensino fundamental, 09 (4,6%) colocaram outros e 08 (4,1%) não responderam a questão. O período em que o adolescente participava do programa precisava ser conciliado com o período em que estava na capacitação ou contratado pela empresa. Desta forma o horário da capacitação ou do estágio não interferia no horário do estudo. No período noturno estudavam 73 (37,6%), no matutino 65 (33,5%), no vespertino 33 (17%) e 23 (11,9%) não responderam a questão.

O fato dos adolescentes terem atividades como estudo e trabalho os colocam em uma posição diferenciada da dos milhares de jovens desse país que por algum motivo não freqüentam a escola ou nunca freqüentaram. Além de outras pesquisas (ARTECHE & BANDEIRA, 2006; GUIMARÃES & ROMANELLI, 2002; MAURO; 1996) esse estudo também mostra que alguns adolescentes não têm apenas o trabalho como atividade, mas também o estudo, o que torna seu cotidiano com mais tarefas e responsabilidades de horários, tarefas a serem cumpridas por ambas as atividades, atividades a serem realizadas fora de sala

de aula, entre outras. Embora o trabalho possa ser um fator de proteção e a escola um espaço mais que exigido para o desenvolvimento e aprendizagem do adolescente, esse seria o melhor caminho para se pensar a promoção de saúde dessa população? E atividades outras que também poderiam acontecer concomitantemente a essas, mas que ficam inviabilizadas pela demanda de trabalho também importante para seu desenvolvimento e fase de vida, como atividades de lazer, esporte, convívio familiar, entre outras (MAURO, 1996).

3.2. Análise Qualitativa dos Dados

Com o objetivo de se compreender e analisar a percepção do adolescente no processo vivido e suas expectativas ao longo do PAP, utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Este tipo de análise pretende compreender o sentido da comunicação dada pelo indivíduo, mas também e principalmente, “desviar” o olhar para outra significação, outra mensagem entrevista por meio ou ao lado da primeira mensagem. A leitura efetuada pelo conteúdo das mensagens não é, ou não é unicamente uma leitura a letra, mas o realce de um sentido que se encontra em segundo plano. Assim, buscou-se por meio da análise de conteúdo compreender a percepção dos adolescentes ao longo de sua participação em um programa educativo. Conforme Gama (1994) escreve, a percepção é a ponte entre o mundo real do evento objetivo e o mundo percebido, subjetivo. Nesse caso pode-se dizer que é a fonte de conhecimento que vem dos sentidos adquiridos pelos adolescentes do processo vivenciado em um programa de aprendizagem profissional. Por meio de seus relatos ficam suas impressões sobre aquilo que os rodeia, sendo a linguagem escrita o meio de expressão do conhecimento por eles adquiridos pela percepção, podendo haver a expressão de sensações subjetivas, como necessidades, anseios, idéias.

Para analisar os dados obtidos por meio dos 96 formulários, que foram preenchidos no ato da entrevista para admissão e desligamento do adolescente, foram utilizados temas do próprio formulário referente às experiências na capacitação e projeto, percepção da avaliação pessoal na admissão e demissão e expectativas na admissão e demissão. Segundo Bardin (1977) é uma característica da análise de conteúdo, muito utilizada em análise temática. Realizar uma análise temática é descobrir os ‘núcleos de sentido’ que formam a comunicação. Sua presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo escolhido. Geralmente é utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de valores, crenças, etc.

Inicialmente, foram organizados, em uma tabela, os relatos de todos os 96 formulários preenchidos pelos adolescentes na mesma ordem em que estavam no formulário. Foram divididos em seis partes: experiência adquirida na capacitação, experiência adquirida no projeto, avaliação pessoal na admissão, avaliação pessoal na demissão, expectativas na admissão e expectativas na demissão. Em seguida os dados foram agrupados de acordo com a afinidade dos relatos para que cada tema fosse caracterizado pela percepção dos adolescentes.

a-) Experiência Adquirida

Na capacitação

Os adolescentes vivenciaram várias atividades ao longo de sua permanência no programa, com o objetivo de estabelecer formas seguras e educativas, compatíveis com seu desenvolvimento psicológico, físico e social, conforme propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Diferente da delimitação proposta pela Organização Mundial da Saúde (BRASIL, 2000), que a adolescência é compreendida entre os 10 e 19 anos, a instituição em questão segue o estabelecimento de faixa etária proposto pelo ECA, que leva em conta as diferentes fases do desenvolvimento, considerando adolescentes, aqueles entre 12 e 18 anos. Além disto, as atividades contemplam o que é exigido pelo curso de auxiliar administrativo.

No PAP os adolescentes participaram do programa de capacitação no qual tiveram a oportunidade de fazer alguns cursos que incluíam questões técnicas. Dentre as experiências que eles relataram estavam presentes situações referentes ao trabalho, melhor dizendo, a preparação para o mesmo. Como exemplo a experiência no atendimento ao público, atendimento telefônico, operação de máquina de fax, noções básicas de administração, experiência com o curso de informática e experiência no estágio monitorado de informática; conhecimento sobre ética e moral, desenvolvimento na comunicação com o público, conhecimento sobre direitos e deveres, importância do trabalho pessoal e profissional.

Outras questões também foram identificadas como parte do desenvolvimento para a vida do adolescente. Conforme os relatos eles tiveram a oportunidade de desenvolver a comunicação e expressão, a capacidade para debater sobre algo; um bom relacionamento com pessoas do grupo, o respeito ao outro e a educação, responsabilidade, compromisso e agilidade; a habilidade de “como” se vestir, a habilidade para manter uma boa postura e ter uma boa alimentação; a forma como se comportar no mercado de trabalho, como agir durante uma entrevista; a importância da higiene pessoal.

Além das experiências citadas e que vão mais de encontro ao objetivo do programa, ainda pode se encontrar em alguns relatos a possibilidade de participarem de oficinas de atividades, o sentido que o “fazer” algumas atividades teve para o seu momento de vida. Entrar em contato com conflitos internos e externos, lidar com a resolução dos mesmos, descobrir novas possibilidades, novas formas de “fazer”, que também contribuíram para seu desenvolvimento.

Aprendi informática, à lidar com a internet, como uma recepcionista trabalha, como uma telefonista trabalha, aprendi a fazer vela, mandarim, e sei como me comportar em uma entrevista (sic).

Aprendi como lidar com o público, atender ao telefone, passar fax, na verdade aprender como é a vida fora de casa (sic).

No projeto

A experiência adquirida no projeto abrange o campo em que os adolescentes se referem a todo processo vivido, desde sua participação na capacitação até o final de sua experiência no trabalho nas empresas. Os relatos apontam mais para as vivências no local de trabalho e questões diretamente ligadas ao mesmo, talvez pelo de estarem mais próximos do desligamento e da importância para seus planos futuros de vida.

Questões técnicas voltadas para o ambiente de trabalho foram mencionadas pelos adolescentes, como: comportamento no mercado de trabalho, o aprendizado sobre o atendimento ao público, aprendizado em relação ao atendimento telefônico, operação de máquina de fax e máquina de fotocópia; conhecimento adquirido e a experiência com o trabalho de escritório; organização de arquivo, trabalho feito com contas a pagar, faturamento, processos e experiências com pessoas que trabalhavam na área de Recursos Humanos; a experiência de monitorar outros adolescentes recém-chegados no trabalho; crítica ao excesso de função; experiência com informática e digitação, noções básicas da parte elétrica, eletrônica, manutenção industrial, controle de patrimônio; aprendizado adquirido nas oficinas; contato e conhecimento com profissionais dedicados a ensinar; aprendizagem no tratamento com pessoas idosas.

Algumas questões nas respostas dos adolescentes são condizentes com a proposta do programa, outras podem deixar dúvidas a respeito daquilo que eles relatam, como por exemplo, a experiência de monitorar outros adolescentes recém-chegados no trabalho. O que ele quis dizer com esse monitoramento? Como uma conquista, um desafio, ou uma grande dificuldade que teve que passar mediante a ordem de um superior? Além de compreender melhor aquilo que os adolescentes relataram essa questão ainda pode questionar o trabalho realizado pela equipe. O adolescente está preparado para realizar essa função? Vivencia situações no Programa que permitam que ele realize essa função? Ela pode ser autorizada pela empresa sendo que não há preparo e acompanhamento para tal função? Ao mesmo tempo em que essa

situação pode ser de triunfo, algo bom a que ele esteja se referindo, pode ser também uma dificuldade que tenha enfrentado, porém não teve a oportunidade de fazer tal relato.

A avaliação contempla um item sobre a experiência do adolescente no projeto, mas colocado de forma genérica não cria a oportunidade de avaliar o programa de uma forma mais crítica. Por exemplo: à crítica ao excesso de função. O que ele entende por “excesso de função”, as funções a que ele se referia eram realmente suas funções? São questões importantes que ajudam a avaliar além daquilo que consideram como experiência, explicitar suas dificuldades, seus conflitos no programa, nas empresas, na escola e na família. Isto é, a maneira como está formulada a avaliação não permite que o adolescente explicita suas dificuldades no programa.

Outras questões relacionais e importantes para suas vidas foram identificadas, como: a aquisição de habilidades para vida e para profissão; mais seriedade e responsabilidade; o reconhecimento que a comunicação tornou-se melhor assim como o relacionamento com os colegas, amigos; acreditar estar mais preparado para novas experiências; com mais vontade para crescer intelectualmente; que o aprendizado adquirido os ajudou a resolver melhor os problemas. Disseram, ainda, que assumiram os próprios erros, aprenderam a aceitar as diferenças, perceberam como é a vida fora de casa; tentaram fazer sempre o melhor possível; melhoraram a timidez, ficaram mais confiantes, acreditam ter amadurecido com a ajuda das pessoas e foram capazes de discriminar as boas e más amizades.

Por meio das atividades desenvolvidas pode se observar que os adolescentes conseguem perceber as mudanças ocorridas em suas vidas, mesmo que para alguns esse movimento de crescimento e maturidade não sejam conscientes. Importante considerarmos o trabalho educativo enquanto um processo que precisa ser avaliado como um todo (permanência do adolescente no programa) e por este motivo os formulários de admissão e desligamento foram utilizados para a pesquisa. Ou seja, por meio das questões que compõem este formulário foi possível observar a percepção que os adolescentes tiveram do processo vivido, desde a data de início no trabalho até a data de término do mesmo. Como propõe os autores Mussen, Conger, Kagan e Huston (1995) pode ser observado o processo de crescimento na adolescência. No relato dos adolescentes, pode-se inferir que próximo ao desligamento do programa começou aparecer o interesse pelas responsabilidades adultas. Estas questões ainda em formação segundo os autores não caracterizaria o término da adolescência, mas a passagem para a vida adulta. Esta passagem pode ser vista como propõe Moujan (1971), quando se refere à adolescência, sem uma unidade definida com precisão, sendo um período básico em desenvolvimento. Os autores aproximam suas idéias no momento

em que se referem ao término da adolescência quando o pensamento adulto e quando as responsabilidades adultas forem assumidas. Assim, as atividades do Comec parecem ter contribuído para a percepção positiva destes adolescentes sobre o progresso deles no PAP.

b) – Percepção dos Adolescentes no Momento da Admissão e na Demissão/Desligamento do PAP

A percepção dos adolescentes a respeito de sua avaliação no ato da admissão do trabalho demonstrou: estarem muito feliz por tudo que aprendeu; para outros a difícil adaptação com pouco ou nenhuma experiência; acreditavam estar mais preparado para iniciar o trabalho nas empresas; consideravam-se mais organizados, responsáveis e seguros. No início sentiam-se confusos, com medo de tomar iniciativa, com insegurança, mas com determinação e vontade de aprender para a nova etapa do projeto, com vontade, desejo de prestar serviços. Segundo eles, passaram a enxergar o mercado de trabalho de forma diferente, com mais seriedade. Eles relataram a grande expectativa para outros trabalhos; ampliação do conhecimento, do ponto de vista. Eles melhoraram: a apresentação pessoal, a postura em momento de ansiedade e a comunicação. Começaram a se interessar: por emprego, pela busca por cursos profissionalizantes, com mais competência. Sentiram-se capazes para desenvolver outros trabalhos; para agradecer à Deus e ao COMEC, o aprendizado no tratamento com o público, com mais tranquilidade, mais animação, motivação e interesse pelo cargo. Demonstraram vontade para adquirir boa experiência. Não haviam pensado que o COMEC poderia oferecer tanto aprendizado; mais preparo para se trabalhar em grupo. Alguns adolescentes, porém, se sentiram imaturos e impacientes, avaliaram-se tímidos, com vergonha, pouco comunicativos. Consideraram o momento muito bom para a fase que estavam passando, sentiram-se mais ativos, com a sensação de aprender o máximo e colocar aquilo que aprendeu em prática. Outros acharam compreenderem todas as ordens e que puderam fazê-las bem feitas; avaliaram-se inteligentes, alegres, legais, compreensivos; avaliaram-se com educação e boa postura para nova etapa.

A percepção tem haver com a forma em que o indivíduo não somente recebe as informações pelos sentidos, como também as percebe e interpreta, podendo ser considerada como um processo que pode envolver informações e experiências anteriores com as atuais.

Na literatura Luria (1979) aponta que o mais correto seria considerar o processo de percepção como *atividade receptora do sujeito*. A autora também explica esse processo, dizendo que a seguir o processo de percepção está fortemente ligado à: *reanimação dos remanescentes da experiência anterior*, a comparação da informação que chega ao sujeito com as concepções anteriores, as ações atuais com as concepções do tempo passado, a discriminação dos indícios essenciais, a criação de hipóteses do valor suposto da informação que a ele chega e com a sintetização dos indícios perceptíveis na sua totalidade (tomada de decisão) a respeito da categoria a que pertence o objeto perceptível. Em outras palavras, a atividade receptora se assemelha aos processos de pensamento direto e essa semelhança será tanto maior quanto mais novo e complexo for o objeto perceptível. Por esse motivo, é natural que a atividade perceptiva dificilmente se limita a uma modalidade, mas compreende o resultado do trabalho conjunto dos vários órgãos do sentido (analisadores) em cujo processo formam-se as concepções do sujeito. Por fim, ainda se faz essencial a circunstância de que o processo de percepção do objeto nunca se realiza em nível elementar e em sua composição sempre tem como integrante o nível superior da atividade psíquica, em particular a *fala* (discurso). O homem não apenas contempla os objetos ou lhes registra passivamente os indícios. Ao passo que discrimina e reúne os indícios essenciais, ele designa pela palavra os objetos perceptíveis, dando nome a eles, apreendendo-lhes cada vez mais as propriedades, atribuindo a elas determinadas categorias. Isso pode confirmar a tese segundo a qual a atividade receptora do sujeito pode, pela estrutura psicológica, aproximar-se do pensamento direto. Os fatores complexos e ativos da atividade receptora do homem levam a uma série de particularidades da percepção humana a que pertencem no mesmo grau todas as formas dessa percepção.

Ainda sobre o processo perceptivo, Forgas (1971) escreve sobre sua importância dentro do contexto da necessidade geral que o homem tem de se adaptar ao ambiente para que possa enfrentar com eficiência as exigências da vida.

Nesse caso o ingresso do adolescente em um projeto educativo pode ser considerado como uma necessidade. Embora estas possam ser percebidas em diferentes momentos pelos adolescentes, sejam elas econômicas, psicológicas ou sociais, torna-se necessário pensar na sua adaptação ao ambiente, as atividades propostas, as exigências que são feitas. Enfrentar com eficiência as exigências que os adolescentes se deparam ao longo do processo vivido, no trabalho desenvolvido PAP condiz com o objetivo do programa ao passo que propõe: *Capacitar os jovens para que adquiram conhecimentos da função de Auxiliar Administrativo e Auxiliar Comercial, além de desenvolverem atitudes que possibilitem sua inserção no mundo do trabalho* (COMEC, 2007, p. 23).

Rubinstein (1973) referindo-se também a adaptação do indivíduo ao ambiente, percorre toda evolução filogenética da sensibilidade, mostrando que para toda sua constituição torna-se indispensável a importância biológica dos estímulos, ou seja, a relação com a atividade vital e com o comportamento. No momento em que os adolescentes escrevem sobre suas experiências, auto-avaliações e expectativas, expressam que estão percebendo o seu ambiente e o mundo que os rodeia, vivendo, trabalhando e resolvendo os problemas práticos que a vida lhes impõe. A prática da vida faz com que o homem passe da percepção involuntária para à observação orientada, pois a percepção dos objetos e seres com os quais o ser humano tem que lidar e as condições em que decorrem sua atividade, formam condições importantes do comportamento humano racional. A observação assinala a análise e a síntese, a atuação do sentido da percepção e a interpretação do percebido. Ainda em outro sentido a percepção da realidade evolui para a atividade criadora e a uma observação estética do mundo. *“Percebendo, o ser humano não só vê, como também observa; não só ouve, como também escuta e, por vezes, não olha simplesmente para alguma coisa, mas observa pormenorizadamente; não só sabe escutar, como presta atenção”* (RUBINSTEIN, 1973, p. 134). A percepção é considerada como o reflexo sensível de um objeto ou de um fenômeno da realidade objetiva que atua sobre os órgãos sensoriais, sendo ela não somente uma imagem sensitiva, mas a tomada de consciência do objeto que se destaca do ambiente. A percepção não somente pressupõe a capacidade de reação a um estímulo sensível, como também a aptidão para tornar consciente da correspondente qualidade sensível que é a propriedade de determinado objeto. Além da existência de um reflexo do referido objeto, a percepção do objeto por parte do sujeito também pressupõe uma determinada perspectiva ativa que somente é produzida por uma atividade tônica muito desenvolvida (do cerebelo e do córtex cerebral) que controla a função motora, garantindo um estado que permita a observação. Por esse motivo a percepção pode ser considerada como um desenvolvimento bastante elevado, não só do sistema sensitivo como também do motor. Além disso, como tomada de consciência dos relatos da realidade subjetiva, pressupõe não somente a reação automática do estímulo sensível, como também a operação de objetos em forma de ações coordenadas. Toda percepção de certa forma complexa é, por natureza solução de uma determinada atividade, a partir de certos dados sensíveis reconhecidos no processo da percepção, para que em seguida possa ser determinado o seu significado e interpretado de maneira adequada.

Portanto, tanto Luria (1979) quanto para Rubinstein (1973) a percepção não pode ser reduzida apenas a soma de sensações. É sempre um todo mais ou menos complexo que difere de maneira qualitativa das sensações elementares que pertencem ao seu contexto. Segundo o

autor toda percepção corresponde a uma experiência anterior, reproduzida tanto no pensamento do receptor como, de certa forma nos seus sentimentos e emoções.

Sobre o comportamento adaptativo, Forgas (1971) coloca que a forma como o indivíduo obtém conhecimento sobre seu ambiente é fundamental, e para se obter esse conhecimento é necessário extrair informação da grande ordem de energia física responsável pela estimulação dos sentidos do organismo. De acordo com os objetivos desse autor, a percepção é definida como o *processo de extrair informação*. Foi o envolvimento total do processo de tirar a informação no comportamento adaptativo do homem que o levou a acreditar na necessidade de relacionar a percepção com o problema geral do desenvolvimento cognitivo. Ao passo que se propõe a compreender plenamente a natureza da recepção, aquisição, assimilação e utilização do conhecimento. Considerar a percepção dessa forma torna-a o cerne da cognição ou a aquisição de conhecimento. A percepção pode ser considerada como um grande conjunto, e a aprendizagem e o pensamento como subconjuntos subordinados ao processo perceptivo. A percepção pode ser definida como o processo pelo qual o homem recebe ou extrai certas informações do ambiente. Durante a passagem pelo Programa de Aprendizagem Profissional os adolescentes vivenciam situações diversas e é esperado que possam apreender assimilar e elaborar esse aprendizado, visto que a aprendizagem tem por definição o processo pelo qual essa informação é adquirida por meio da experiência e se torna parte do armazenamento de fatos no indivíduo. Os resultados da aprendizagem facilitam a nova extração de informação, uma vez que os fatos armazenados se tornam modelos de acordo com os quais são julgados os indícios.

Pensando na formação da personalidade, a percepção não é designada como um ato simplesmente passivo, nem contemplativo. Não é somente um sentido isolado que apreende as informações externas, mas o homem vivo e concreto, considerando a percepção em toda sua complexidade. Portanto a percepção que os adolescentes têm sobre o que vivenciaram, pode fazer com que revelem as relações com suas necessidades, interesses, aspirações, desejos e sentimentos. Com a afirmativa de que com o estudo da percepção vai se esclarecendo que cada vez mais a mesma não é uma simples soma das sensações, (RUBISNTEIN, 1973; LURIA, 1979), coloca-a como um complexo processo unitário e, simultaneamente como uma atividade orientada. Para Rubisntein (1973) esta afirmação significa que: as sensações e os estímulos que a produzem não se coordenam entre si de maneira simplesmente exterior, mas sofrem influências recíprocas no processo da percepção. Em segundo lugar, significa dizer que a percepção não se encontra de modo algum dependente apenas de uma base sensitiva, formada pelas sensações. A percepção humana representa uma unidade sensitiva e lógica, sensitiva e

prática, das sensações e do pensamento. Não é sempre apenas um fator sensorial, pois inclui o sentido da percepção por meio da significação dos objetos. Em terceiro lugar significa dizer que na percepção se reflete a múltipla vida da personalidade nas suas atitudes, interesse, orientação geral e as suas experiências. No relato dos adolescentes pode se observar o significado atribuído pela sua permanência no programa antes de ingressar para a empresa e depois que encerra seu trabalho na mesma, atribuindo sentido para essa experiência.

Algumas questões apresentadas pelos adolescentes em suas avaliações se aproximam dos resultados encontrados por Albuquerque (2003). Os adolescentes percebem que a experiência no trabalho vai além do amadurecimento, ou seja, o processo do crescimento do jovem constitui-se em um caminho eficaz para a inserção social. Em sua pesquisa aponta que o jovem, antes da experiência laboral, se sentia tímido, acanhado, excluído das relações sociais de troca. Posteriormente à vivência ocupacional, ele se reconhece inserido, participante das relações sociais onde poderá exercer os seus direitos e deveres de cidadãos.

As respostas dos adolescentes no momento do desligamento/ demissão quanto à avaliação do programa foram as seguintes: acredita ter aprendido a lidar com pessoas diferentes; sentiu-se mais seguro, confiante, atencioso; considerou ter adquirido responsabilidade, agilidade, organização; considerou-se mais preparado, maduro para enfrentar novos desafios; avaliou que teve boa experiência, aprendeu bastante; avaliou-se em um estado de contentamento, satisfação; observou o mercado de trabalho de outra forma; com a sensação de ter gostado muito; com a esperança de aprender muito mais, de conseguir outro emprego; teve dedicação com o trabalho realizado; dar continuidade aos estudos, faculdade; sensação de felicidade por ter entrado no COMEC e admitido na empresa; sensação de tristeza pelo fato de ter que sair do Programa, desanimado; aprendizado na forma de lidar com as emoções; desenvolvimento de muitas qualidades; melhora na comunicação; disposição para estudar e trabalhar mais; novos valores foram adquiridos; “portas estão sendo abertas”; boa apresentação adquirida; aprendizado para lidar com as dificuldades; avaliou estar mais paciente, competente e gentil, melhora na desenvoltura; a espera um futuro de sucesso; teve problemas com funcionários e supervisores; poder ter mostrado um bom serviço; mudança no modo de pensar e de ser; a busca por mais assuntos referentes a assuntos históricos e contemporâneos; menos timidez na saída do Programa; aprendizado de como se comportar no mercado de trabalho; aprendizado para profissão e para vida; amizades foram feitas; ter feito aquilo que pretendia; buscar se melhorar cada vez mais; conhecer outras pessoas.

Para que os adolescentes possam passar por um processo de desenvolvimento saudável, alguns autores (ASSIS, 1999; ABERASTURY, 1970; ERIKSON, 1976; KNOBEL,

1981) nos ajudam a compreender o período da adolescência. É principalmente neste período, como propõe Assis (1999), que podemos observar aspectos apresentados pelos próprios adolescentes que se encontram numa fase normal de transição e conflito. Esta fase tende a se estabilizar com o decorrer do desenvolvimento, quando se observam características que são fundamentais para a compreensão deste período, importantes para formação e percepção do “eu”. Como principais características observadas neste estudo a partir do relato dos adolescentes e que a autora aponta como as principais nesta fase da vida pode-se assinalar a busca de si mesmo e da identidade quando falam de si, tendência grupal quando se referem tanto a importância de se relacionarem bem com o outro, como o interesse em fazer amizades, desenvolver um bom trabalho em grupo. Associado a essa busca da construção pessoal e relacional, o adolescente tenta conciliar a turbulência do próprio estado emocional com a do ambiente social. Como alguns adolescentes expressam em suas auto-avaliações:

Postura profissional, linguagem corporal, maneiras de se manter em um escritório, noções básicas da administração (sic).

Desenvolvimento em se comunicar com as pessoas, agilidade, aprendemos sobre como se vestir e como agir durante uma entrevista (sic).

Durante o curso aprendi a me relacionar melhor com as pessoas e aprendi muitas coisas que serão importantes para o meu desempenho (sic).

Trabalhar em grupo, cumprir responsabilidades (sic).

Aprendi a me portar em uma empresa, a me relacionar com diversas classes, pessoas de todos os tipos, fora uma experiência enorme na área administrativa (sic).

Foi muito confuso no começo, pois o primeiro emprego é uma boa oportunidade e no começo normalmente a gente fica com medo, mas depois dá tudo certo (sic).

Além de um período de turbulências, Aberastury (1970) fala sobre as contradições e ambivalências que também são caracterizados por conflitos com o meio familiar e social. Momento em que o adolescente perde a sua condição de criança para entrar no mundo dos adultos. Cabe considerar que ao mesmo tempo é temido (defesa da perda do conhecido) e desejado (impulso ao desprendimento). Embora os dados utilizados para a pesquisa não permitam verificar os conflitos com o meio familiar, é possível verificar conflitos percebidos pelos adolescentes durante sua permanência no programa.

Estou preparada, um pouco insegura, com medo de fazer algo errado (sic).

Foi muito confuso no começo, pois o primeiro emprego é uma boa oportunidade e no começo normalmente a gente fica com medo, mas depois dá tudo certo (sic).

Alguns conflitos que foram observados no relato dos adolescentes podem ter contribuído para seu amadurecimento, o que pode modificar sua imagem corporal e, também, sua identidade, conforme mostram os dados de alguns adolescentes que se perceberam diferentes ao término do programa:

Fiquei mais responsável depois que comecei a trabalhar, adquiri maturidade, enfim aprendi muitas coisas e também aprendi a administrar meus negócios (sic).

Continuo tranqüila, cresci muito aprendendo a conviver com vários tipos de pessoas e a me defender perante certas ocasiões (sic).

Aprendi a ouvir mais as pessoas, antes eu era quieto, agora falo mais, pergunto sem ter vergonha, fiquei um pouco mais atencioso e estou mais compreensível (sic).

Eu estou bem preparado. Hoje para outro emprego e eu já perdi o medo (sic).

Ainda se considerarmos também suas necessidades de adaptarem-se ao mundo (ABERASTURY, 1970; FORGUS, 1971; RUBISNTEIN, 1973) e/ou suas ações sobre ele por meio de uma nova ideologia, os adolescentes relatam a busca pelo novo, ou melhor, por outro emprego ou ainda outro projeto de vida. A dependência e a independência extrema alternam neste período, o equilíbrio será restabelecido quando a maturidade, mais tarde, fizer com que o adolescente aceite ser independente com uma necessária e saudável dependência. Para Aberastury (1970) o quadro de confusões e conflitos faz parte desse processo, mas freqüentemente pode ser confundido com crises ou estados patológicos. Ainda podemos dizer também que esse quadro pode ser explicado como um período de crise normativa.

Bem eu penso em fazer um bom trabalho e conhecer pessoas que possam ajudar no meu futuro profissional (sic).

Sobre a “crise normativa” e sua importância para construção da identidade, Erikson (1976) assinala que isso ocorre devido a muitas mudanças, levando o adolescente a tomar uma série de decisões a respeito de si. O futuro imediato se coloca com um número excessivo de possibilidades e opções conflitantes.

Tenho força de vontade para aprender e fazer o melhor possível para colocar em prática o que aprendi (sic).

Utilizar todos os meus conhecimentos, todas as minhas experiências neste momento de tentar me empregar em outro emprego (sic).

Espero encontrar um bom emprego para a realização da minha faculdade para o ano de 2007 (sic).

Eu espero conseguir arrumar outro emprego quando eu sair do Hospital Municipal Mário Gatti e vou sentir muita saudade dos meus colegas que trabalham lá (sic).

Conseguir um novo emprego, fazer faculdade de administração. Enfim, crescer mais (sic).

Porém esse período da adolescência pode se tornar longo. Conforme o que foi exposto, a aprendizagem no Brasil, historicamente regulada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (BRASIL, 2008) no capítulo referente a adolescentes, passou por um processo de modernização com a promulgação das Leis números 10.097/00 e 11.180/05. Esta última foi responsável por estender até 24 anos a faixa etária dos aprendizes, sendo um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, com duração máxima de dois anos.

No entanto, é importante refletirmos sobre a fase da adolescência que pode se tornar um período muito longo na medida em que aumentam o período de escolaridade (ERIKSON, 1976; ABRAMO, 1994; PERALVA, 1997). Já que os adolescentes em questão encontravam-se em período de aprendizagem e sabendo que a faixa etária agora amplia ainda mais o período do jovem em programas específicos, pode aumentar cada vez mais o intervalo de tempo entre o começo da vida escolar e o acesso do jovem ao trabalho especializado. Eles parecem estar mais em um estágio transitório do que final do estabelecimento da identidade adulta, podendo levá-los a sucumbir-se as excêntricas tentativas de uma subcultura da eterna adolescência, o que pode significar o desaparecimento do ciclo de vida claramente definido. Como aponta Salles (2005) nos dias atuais começa a ocorrer um processo de prolongamento dessas fases, o que está, entre outros fatores, segundo a autora associado às dificuldades cada vez maiores de se conseguir um de emprego e ao prolongamento do estudo. A falta de autonomia financeira e o desemprego podem ser o motivo pelos quais os jovens permaneçam mais tempo com os seus pais. Hoje os jovens estudam, trabalham, se especializam, adiam a saída da família de origem e a constituição da própria família. Embora esse processo seja mais

observado nas camadas médias da população, segundo a autora há uma tendência para que se generalize para toda a sociedade.

Além disso, como aponta Erikson (1976) há uma preocupação do jovem com o que possa parecer aos olhos dos outros, comparando com aquilo que eles próprios julgam ser. Na busca por um sentido mais uniforme e contínuo, incluindo neste momento a maturidade sexual, alguns adolescentes podem enfrentar novamente crises de anos anteriores antes de poderem constituir ídolos e ideais duradouros guardiões de uma identidade final. Os jovens precisam integrar elementos da identidade que lhes foram atribuídas na infância, porém com uma unidade mais vasta, indefinida e imediata, que vai substituir o meio infantil: a sociedade.

Quanto a esta questão é importante retomarmos o papel da escola e da empresa, como parceiras no processo de desenvolvimento do adolescente durante sua aprendizagem. Neste caso, há uma preocupação do adolescente enquanto sua aceitação pelos outros, além de poder encontrar pessoas que possam ajudá-los na extensão do trabalho realizado na instituição, embora a equipe do PAP ainda faça o acompanhamento dos adolescentes junto à empresa. Pensando no acompanhamento junto à empresa, faz-se necessário um trabalho também com os supervisores. Conforme exposto na apresentação da instituição o trabalho feito junto com os supervisores das empresas, que são os responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes neste ambiente, pensando-se no seu período de aprendizagem, pode ajudá-los a compreender este período de vida e o real motivo pelo qual os adolescentes estão no ambiente de uma empresa, afinal segundo Knobel (1971), o adolescente pode ser visto com alguns preconceitos que resultam da própria adolescência vivida com conflitos e angústias, o que pode levar a uma percepção alterada dos mesmos. Faz-se necessário esclarecer durante o trabalho com os adolescentes na empresa que do ponto de vista psicológico, podemos ver o adolescente passando por um processo natural, formando sua identidade, modificando as relações no mundo interno, em um conflito que em alguns momentos pode ser turbulento. As crises morais e religiosas, alterações frequentes de humor, intelectualizações e fantasias diversas, rebeldia, agressividade contra o mundo dos adultos e suas preocupações quanto a definição da sua sexualidade, pela qual a sociedade não está preparada. Desta forma, pode-se dizer que há uma intermediação da instituição pensando-se na possibilidade de ajudar o adolescente na passagem para a fase adulta. Ou seja, como assinala o autor referido, ajudar a consolidar sua personalidade, seus padrões de vida e para psicologicamente adquirir um manejo interpessoal que lhe permite satisfações básicas, seja diretamente por meio da formação da família nuclear, que é o culminar da vida real genital, ou através das chamadas sublimações correspondentes;

seja a realização individual ocupando um papel social definido e satisfatório. O jovem em mudança está lutando para estabelecer sua identidade.

Além disso, Erikson (1966) defende o ponto de vista de que identidade do adolescente não significa um sistema interno encerrado, que seria inacessível para alterações, mas muito mais um processo psicossocial que sustenta e mantém o indivíduo na sociedade. E por meio do intermédio da instituição, os adolescentes podem encontrar novas formas de sociabilidade, no momento que passam a viver sentimentos conflitantes e procuram autonomia e independência diante dos pais e dos adultos e identificação nos grupos de pares. Conforme apontam os autores Guimarães e Romanelli (2002) a convivência no grupo de pares é importante para que o adolescente possa aprender maneiras de sociabilidade próprias de sua idade, gênero e condição social, o que poderá ajudá-lo no seu processo de busca de autonomia e independência. Ainda considerando a dinâmica interacional dos processos de socialização, Traverso-Yepés e Pinheiro (2002) acreditam na necessidade de espaços e contextos de ressignificação, como um mundo de permanente construção através das ações humanas. Sendo assim, pode-se considerar o espaço da instituição um espaço de construção das relações e ações humanas. Embora os adolescentes não falem diretamente do trabalho desenvolvido pela instituição, é possível analisar em seus relatos a importância da intermediação feita pela mesma:

Fiquei mais responsável depois que comecei a trabalhar, adquiri maturidade, enfim aprendi muitas coisas e também aprendi a administrar meus negócios (sic).

Continuo tranqüila, cresci muito aprendendo a conviver com vários tipos de pessoas e a me defender perante certas ocasiões (sic).

Aprendi a ouvir mais as pessoas, antes eu era quieto, agora falo mais, pergunto sem ter vergonha, fiquei um pouco mais atencioso e estou mais compreensível. Eu estou bem preparado. Hoje para outro emprego e eu já perdi o medo (sic).

Sobre as instituições sociais, Lévy (1993) considera - as como promotoras de projetos de educação e como tecnologias da inteligência, uma vez que ao exteriorizarem, ratificarem e modificarem funções cognitivas humanas, como: classificar, arrumar, ordenar, construir configurações estáveis e periódicas, essas instituições contribuem para (re)organizar, estabelecer sentidos e modificar o próprio viver humano.

Bleger (1984) ainda assinala que o ser humano encontra nas diversas instituições um suporte e um apoio, um elemento de segurança, de identidade, de inserção social ou sentimento de pertencimento.

Nesse caso, podemos salientar a importância do trabalho desenvolvido pelas instituições sociais, que, além de serem consideradas como uma das instituições que fazem parte da vida de uma pessoa está situada como contexto na pesquisa em questão.

A instituição, do ponto de vista psicológico, forma parte da personalidade do ser humano e na medida em que isso ocorre, tanto como a forma como isso se dá, formam diferentes significados e valores da instituição para os indivíduos ou grupos que a ela pertencem. Quanto mais integrada a personalidade, menos depende do suporte que lhe presta uma determinada instituição; quanto mais imatura, mais dependente é a relação com a instituição e tanto mais difícil toda mudança da mesma ou separação dela. Sendo assim, toda instituição não é apenas um instrumento de organização, regulação e controle social, mas também ao mesmo tempo, um instrumento de regulação e de equilíbrio da personalidade.

Sobre os projetos de educação profissional Eidelwein (2005) aponta não somente para as habilidades e competências na atividade do trabalho, mas também projetos de educação que dizem respeito ao ensino formal, ou seja, o aprendizado que se inicia nesse momento da vida, considerado como uma preparação para o mundo do trabalho.

Ainda que não se possa afirmar que o trabalho desenvolvido pelas instituições que acompanham os adolescentes seja um fator de promoção ou prevenção de saúde dos mesmos, temos estudos que mostram que a ausência dessa e outras atividades podem trazer conseqüências para a saúde do adolescente. Como mostra o estudo de Mauro (1996) sem que os adolescentes estudados estivessem vinculados a uma instituição social, reflete sobre a relação saúde/ doença, mostrando que o trabalho pode apresentar repercussões na vida psíquica, mesmo considerando as características da própria fase. A conclusão do estudo mostrou que o adolescente trabalhador apresentou sinais de sofrimento psíquico evidenciado pelo alto número de suspeitos (58,7%) de transtornos mentais encontrados. O adolescente, segundo a autora, não tem alternativa senão valorizar o trabalho sem questioná-lo, pois é o trabalho que pode garantir sua independência financeira, a aquisição de bens materiais pessoais e o fato de poderem ter participação social. Embora aqui seja questionado o acompanhamento do adolescente por instituições sociais, a autora escreve sobre a atividade trabalho. O seja, que não se pode afirmar se o trabalho é ou não fator de proteção da saúde mental de adolescentes trabalhadores mediante os resultados apresentados neste estudo; entretanto, os dados, os relatos e o contexto social desta amostra apontam para a afirmação de

que para que o trabalho favoreça a saúde mental, tais adolescentes devem manter, concomitantemente ao trabalho, as atividades fundamentais para seu desenvolvimento (lazer, esporte, convívio familiar e social e tudo que desenvolva seu potencial profissional).

No que diz respeito à saúde física, trata-se de conseqüências visíveis, que denunciam a gravidade da situação. Por outro lado, outros autores (AMAZARRAY; THOMÉ; POLETTO; KOLLER, 2007) também consideram as questões relativas à saúde mental, justamente por não serem explícitas e imediatas, com maior necessidade investigação. O que recomenda os autores, por exemplo, é desenvolver estudos longitudinais que acompanhem o desenvolvimento de crianças e adolescentes trabalhadores, em diferentes setores ocupacionais. Além dos riscos e conseqüências negativas, uma compreensão global do fenômeno deve, ainda, buscar conhecer os aspectos positivos do trabalho, na visão das próprias crianças e adolescentes, assim como nas potencialidades que esses trabalhadores possam desenvolver. Por final, o estudo considera que Os programas governamentais que se propõem a erradicar tal problema social podem tomar os três tópicos apresentados como base na organização de suas ações, de forma que as mesmas tornem-se mais efetivas e eficazes.

Já em condições de um acompanhamento em regime educativo, além de outras condições, a pesquisa realizada por Artech e Bandeira (2003), avaliou o bem-estar subjetivo, comparando adolescentes em dois regimes distintos de trabalho e adolescentes não trabalhadores. As pesquisadoras avaliaram, que, embora a diferença não tenha sido estatisticamente significativa, a média dos jovens não trabalhadores foi inferior a dos outros dois grupos, reportando sentirem bem poucos sentimentos como entusiasmo e alegria (afeto positivo). Talvez pelo fato de não trabalharem, sejam emocionalmente mais imaturos, com menos atividades extra- escolares, com uma menor intensidade de vivências afetivas, como apontam as conclusões das autoras. Os resultados encontrados mostraram que o trabalho na adolescência pode ser positivo, especialmente para adolescentes em regime de trabalho educativo, já que se mostraram mais satisfeitos com suas vidas. Na comparação entre os dois grupos de jovens trabalhadores, aqueles de regime educativo mostraram-se mais satisfeitos com seu trabalho.

Ainda o estudo também desenvolvido por Artech e Bandeira (2006) mostrou que para 22,4% dos adolescentes em regime educativo trabalhar é bom devido o desenvolvimento de características positivas e o mesmo percentual se referiu ao trabalho como sendo algo bom devido ao aprendizado, porém a maioria dos adolescentes em regime educativo (32,7%) consideram que trabalhar é bom pelo aspecto financeiro. Isso mostra que o reconhecimento que o projeto comporta não apenas do aprendizado técnico, mas também o desenvolvimento

do jovem em sua totalidade parece estar sendo valorizado parcialmente pelos adolescentes que fizeram parte deste estudo. Como mostram os resultados, as autoras apontam que o trabalho avaliado positivo quanto ao aspecto financeiro é uma situação que pode ser compreendida a partir da própria seleção dos jovens integrantes do projeto educativo, pois priorizam adolescentes que vivem condições difíceis de vida, e que naturalmente precisam de um retorno financeiro. Além disso, importante reflexão é feita sobre a possibilidade de um novo significado do trabalho para os adolescentes em situação de risco, mesmo considerando que o aspecto financeiro tenha um papel fundamental para suas vidas. No entanto, o reconhecimento de que o trabalho possui influência sobre o desenvolvimento do jovem (aprendizado e desenvolvimento pessoal) oportuniza o debate acerca da qualidade do trabalho que vem sendo exercido por estes adolescentes. Não se sabe o quanto as famílias e os próprios adolescentes são críticos em relação ao tipo de atividade que vem sendo exercida pelos jovens. Porém, na medida em que entendem que o trabalho pode trazer mais benefícios além do retorno financeiro, a discussão sobre escolha do tipo de atividade passa a ser possível e esta oportunidade passa a ser viável, e não apenas pelo ingresso do adolescente na primeira atividade remunerada que surge.

Mesmo com o aumento da inserção do adolescente no mercado formal e informal de trabalho, seja por uma tentativa de resolução de problemas econômicos, sociais ou políticos, algumas pesquisas mostram a importância do trabalho educativo para o adolescente. Além da necessidade de contribuir na renda familiar, de vivenciar atividades que os ajudam na formação de uma identidade, na passagem por atividades e espaços que respeitam sua condição de pessoa em desenvolvimento. Conforme os resultados da pesquisa qualitativa desenvolvida por Guimarães e Romanelli (2002), para alguns adolescentes há necessidade de contribuir para o orçamento doméstico. O rendimento do adolescente, que parte é destinada ao consumo da família, faz com que se tornem co-responsáveis pela sobrevivência do grupo familiar, principalmente quando o pai está desempregado, o que torna a situação financeira frágil, podendo trazer conflitos na convivência doméstica. Outra questão importante analisada nesta pesquisa foi o fato de que para outros adolescentes a contribuição financeira não era tão urgente, sendo que o motivo pela busca de trabalho estava associado ao anseio de conquistar autonomia financeira e ao desejo de consumir bens revestidos de valor simbólico.

Albuquerque (2003) em sua pesquisa realizada na mesma instituição também aponta que a inserção do jovem no mercado formal de trabalho expressa contradições e consenso. As contradições existem na medida em que o uso da força de trabalho infanto-juvenil reforça a exploração desta população em substituição a do adulto. No entanto, no decorrer da pesquisa,

após ouvir os relatos dos familiares e dos próprios jovens, percebeu-se que a dimensão do trabalho é maior. Ela comporta, além da contribuição para o orçamento familiar, aspectos relacionados à valoração moral desse trabalho, à mobilidade social e por fim, ao acesso a bens de consumo, tanto materiais quanto culturais. Por razão a essas e outras questões é que o Centro de estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA), vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que constituiu o *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho* (AMAZARRAY; THOMÉ; POLETTO; KOLLER, 2007) tem como objetivo a promoção de estudos que tomem a categoria “trabalho” como central no processo de desenvolvimento humano, buscando investigar e discutir os aspectos psicológicos, sociais e econômicos que permeiam o trabalho infanto-juvenil, com ênfase em políticas públicas, contextos familiares e sociais, direitos da criança e do adolescente, impactos na saúde e bem-estar. Apesar da redução das piores formas de trabalho infantil conquistada nos últimos anos, ainda persiste um grande número de crianças e adolescentes que participam de atividades econômicas, inclusive daquelas que envolvem tráfico de drogas e exploração sexual. Segundo o estudo este é o cenário em que se movem crianças e adolescentes trabalhadores, embora o trabalho precoce não seja um problema apenas de países pobres e subdesenvolvidos. De acordo com estimativa da OIT (2006), existem no mundo mais de 246 milhões de crianças e adolescentes trabalhadores com idade entre cinco e 17 anos. Desses, mais de 100 milhões não têm acesso a qualquer tipo de educação. Dentre outros aspectos, o estudo se refere aos agravos à saúde que podem estar relacionados ao trabalho precoce, mostrando que pode ter impactos negativos para essa população.

Pensar na construção concreta da cidadania de adolescentes, Guará (1997) nos convida a uma reflexão sobre as condições impostas pela modernidade e pelas situações de vida do adolescente, referidas tanto ao seu processo de desenvolvimento quanto às circunstâncias atuais da política social e econômica do país. A ambivalência e a perplexidade como signos do mundo contemporâneo apresentam grande similaridade com os processos de transformação na adolescência, onde o nascimento para o mundo e o desejo de descobrir o novo são acompanhados pelas incertezas, pela vontade de conhecer, pelo espanto e pelas indefinições cotidianas de uma realidade que atrai e atemoriza. Deste modo, a limitação das possibilidades, a distância entre as expectativas e a realidade, exercem grande impacto entre os jovens para as quais a eclosão das energias da idade alimenta os sonhos de uma satisfação inesgotável de necessidades e desejos. Atualmente essa ambivalência nos submete a um cenário inacabado onde se façam presentes a indefinição e o vazio de valores, e onde encontramos-nos diante de um elenco de possibilidades múltiplas. Por outro lado, já não é

possível se conceber hoje nenhum projeto coletivo sem considerar também os sujeitos individualmente, sobre os quais finalmente esses processos se concretizam. Assim, quando falamos do sujeito não significa, contudo promover uma cisão entre a subjetividade e o movimento mais amplo. Pelo contrário, nos parece imprescindível conectar hoje as novas experiências econômico-sociais às necessidades de autonomia, liberdade e bem estar ainda devidas aos sujeitos dentro de uma nova ordem que há de construir-se sob uma nova concepção de. Em outras palavras, isso significa que nos novos caminhos da modernidade o sujeito terá que se transformar e, para isto, terá que reconstruir coletivamente a vida social no mundo (GUARÁ, 1997). Além disso, o significado que o sujeito confere ao trabalho, o sentido de ter que trabalhar, as necessidades e motivos que se satisfazem na atividade do trabalho, ou nas relações que estabelece nesse contexto, as contradições que vivencia, seus desejos, as reflexões que faz e como as relaciona com as situações, faz parte dos elementos subjetivos que levam ao impacto do trabalho para constituição da subjetividade. A importância de compreender a maneira em que o trabalho participa como espaço de formação da subjetividade é essencial para formação de ações educativas e de orientação diferenciada (MARTINEZ, 2001)

Espero aprender muitas coisas diferentes, espero também me dar bem lá e com todos ao meu redor e espero também poder progredir e me tornar uma pessoa muito útil (sic).

Eu planejo fazer o que me foi pedido, tudo certo sem errar, ser amigo de todos, fazer algo bom para aumentar a renda da empresa (sic).

c) – Expectativas dos Adolescentes no Momento da Admissão e Demissão/Desligamento do PAP.

Os dados referentes às expectativas no trabalho, conforme podem ser observados a seguir, mostraram o que os adolescentes relataram sobre suas expectativas na admissão para o trabalho nas empresas: ter mais responsabilidade e competência; ter a oportunidade de conhecer pessoas; poder adquirir mais experiência e conhecimentos para um bom trabalho no futuro; ter uma boa relação com os funcionários; a expectativa de desenvolver tudo que aprendeu da melhor forma; atingir objetivos pessoais e da empresa; esperança de gostar do trabalho; ter reconhecimento por todos no trabalho; ter possibilidade de efetivação; agradar a todos se possível; conhecer mais sobre o trabalho e o dia-a-dia do trabalhador; agregar valores; ter boa aparência no emprego; ter grandes oportunidades; conseguir um bom emprego; terminar os estudos, fazer faculdades, cursos; crescer profissionalmente; ter sucesso; esperança de ajudar os colegas; poder ajudar no orçamento familiar; vontade grande para começar a trabalhar; poder adquirir independência financeira; aprender a conquistar o próprio espaço.

Dar o melhor do meu trabalho sempre, fazer bastante amizade e disponível sempre para tudo (sic).

Atender as expectativas a mim confiadas, adquirir experiência, agradar a todos se for possível (sic).

Espero aprender muitas coisas diferentes. Espero me dar bem lá e com todos ao meu redor e espero também poder progredir e me tornar uma pessoa muito útil (sic).

Espero ganhar experiência para que no caso de não ser contratada poder arrumar um bom serviço fora de lá (sic).

Os dados referentes às expectativas após a vivência do aprendizado no trabalho mostraram que adolescentes esperavam: ser contratado pela empresa; conseguir ter crescimento pessoal e profissional na empresa; pensar mais no futuro; crescer cada vez mais no trabalho; usar o conhecimento adquirido para conseguir outro emprego; investir nos estudos, cursar faculdade; buscar sempre o melhor, adquirir outras experiências, outro trabalho; conseguir emprego para cuidar do filho, para ajudar a família; poder adquirir novos conhecimentos; colocar tudo que aprendeu em prática; poder olhar o mundo de outra forma; não desanimar, ter preguiça; atingir outras expectativas, objetivos; poder ser um grande concorrente no mercado; poder ajudar os amigos; não ser demitido; com disposição para enfrentar tudo e todos; manter amizades; “não é o fim, mas o começo de grande passo na

vida”; tentar academia militar; conhecer outras pessoas legais em outros trabalhos; expectativa de ter boa aceitação em outro trabalho; “correr” atrás de algo novo; levar tudo que aprendeu; procurar não cometer os mesmos erros; exercer a profissão que aprendeu; espera trabalhar na área de faturamento ou administrativa.

Com tudo que aprendi tenho certeza que vou conseguir um trabalho novo e evoluir mais (sic).

Conseguir um novo emprego, fazer faculdade de administração. Enfim, crescer mais (sic).

Espero de encontrar um bom emprego para a realização da minha faculdade para o ano de 2007 (sic).

Eu espero arrumar outro emprego quando eu sair do Hospital Mário Gatti e vou sentir muitas saudades dos meus colegas que trabalharam lá (sic).

Pela fala dos adolescentes pode-se observar que passam a pensar no futuro, dados que podem ser constatados também na pesquisa realizada por Albuquerque (2003) em que os jovens pesquisados, também manifestam a preocupação em relação ao desemprego ou ao não-trabalho.

Uma constatação da pesquisa realizada por Amazarray, Thomé, Poletto e Koller (2007) é que a perspectiva das crianças e adolescentes trabalhadores precisa ser considerada. Ao promover ações de erradicação, o estudo nos faz refletir sobre: que ser humano está se formando a partir daquela experiência de trabalho? Que valores estão sendo construídos? Dar voz à criança e ao adolescente pode ser também a base de programas educativos com crianças e suas famílias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho juvenil tem sido importante tema discutido e refletido por pesquisadores e profissionais da área da saúde que se preocupam com a forma como os adolescentes iniciam sua primeira experiência no trabalho remunerado e que repercussões essa atividade e até mesmo outras que os preparam para essa inserção podem trazer para suas vidas nesse período de desenvolvimento.

Por se tratar de um programa social, considera-se a necessidade sócio – econômica de adolescentes e seus familiares ao recorrerem ao COMEC, bem como é mostrada essa realidade por outras pesquisas nesse âmbito, o que embora não seja alvo dessa discussão, precisa ser considerado, afinal é de grande importância para a sobrevivência de algumas famílias.

Ainda sendo a necessidade financeira o mais importante motivo, que faz com que adolescentes e suas famílias busquem esses projetos, pesquisas mostram que outros fatores podem ser analisados como importantes para essa fase, na tentativa de ampliar e valorizar outras questões que permeiam o desenvolvimento saudável do adolescente.

Com a contribuição de autores que pensam sobre adolescência foi possível compreender melhor esse momento, bem como as questões que envolvem os processos de adaptação que essa fase propõe entre desafios e conquistas para a vida. Talvez seja a meta que pretendem atingir os regimes de trabalho educativo, mas precisamente pode se referir à proposta desenvolvida pela instituição em questão. No momento em que possibilita espaços onde os adolescentes podem criar estratégias para enfrentar seus conflitos internos e externos, com atividades de autoconhecimento, de trocas em grupos de pares, de aprendizagem de temas mais voltados para o mercado de trabalho, da construção de sentidos para suas atividades. Além de trabalhar com os adolescentes; a família, a escola e os supervisores nas empresas, também, se inserem nesse projeto e desempenham papel importante no acompanhamento do adolescente em questão.

Como para o presente estudo pensou-se em analisar a forma como o adolescente avalia sua permanência no programa e a percepção do processo vivido, foi possível refletir se aquilo que eles percebem sobre suas experiências na capacitação e no projeto realmente se adequam e atingem o objetivo almejado. Cabe, no entanto, refletir e propor mudanças que ampliem o instrumento de avaliação de permanência do adolescente no programa, tornando possível identificar seus conflitos, a partir de novas formas de se abordar o jovem, a fim de que ele possa explicitar melhor suas dificuldades e problemas enfrentados durante sua participação.

Para além de uma avaliação do programa, os adolescentes falam sobre suas percepções

nas avaliações pessoais que fazem no momento da admissão e desligamento, permitindo uma breve análise sobre o seu desenvolvimento durante esse período.

Além da percepção do processo vivido em relação à avaliação e às expectativas quanto ao programa, o adolescente também fala sobre sua auto-percepção, importante para tornar consciente sua auto-avaliação antes de iniciar seu trabalho nas empresas e ao final do mesmo. Assim como outras pesquisas que deram contribuições para se pensar a inserção formal e permanência do adolescente no mercado de trabalho, seja comparando grupos em regimes de trabalho regular e educativo, seja apontando para questões relevantes para o acompanhamento do mesmo e seu desenvolvimento saudável, ou casos em que isso não acontece, nota-se a necessidade de reflexão se essa é uma responsabilidade única do adolescente, que vive situações precárias e busca contribuir com a renda familiar. Os estudos têm mostrado uma preocupação com a formulação de propostas que busquem compreender e criar formas mais dignas e saudáveis para a entrada do adolescente no mundo do trabalho. Espera-se, assim, que desta forma os programas possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento positivo do adolescente.

Os resultados obtidos por meio dos prontuários analisados mostraram que a percepção que os adolescentes têm a respeito do COMEC é positiva, pois apontam sentimentos de medo, insegurança, alegrias e desejos a respeito das atividades que preparam os mesmos para a inserção no mercado formal de trabalho e mostram o quanto esse acompanhamento pelo programa permite outro olhar para esta inclusão do adolescente.

Sendo assim, importante se considerar, nessa pesquisa, não somente a passagem pela adolescência, bem como seus conflitos, transformações, ambivalências e contradições, mas sim de uma forma em que eles possam viver experiências e saibam lidar com as ambivalências, discutindo e refletindo sobre suas contradições, para atribuírem sentido para as suas ações.

Ainda que o trabalho juvenil não seja a solução para as necessidades econômicas de muitas famílias, o trabalho educativo tem sido visto como uma forma de permitir que o adolescente vivencie sua primeira experiência de trabalho, respeitando sua condição de pessoa em desenvolvimento, não se podendo negar que, em alguns casos, eles contribuem de forma significativa no orçamento da família.

Porém, como mostram outros estudos, ainda faltam investimentos nessa área, seja na reflexão e formulação de políticas públicas, seja na forma como os diferentes regimes de trabalho podem trazer repercussões salubres ou insalubres para o desenvolvimento do

adolescente, não somente pensando nesse período de vida, como também na preparação para projetos futuros.

A pesquisa limita-se ao que diz respeito ao motivo pelo qual o adolescente chega a instituição, sabendo que, como já foi dito, se trata de um programa social, onde a renda é considerada como um critério, dentre outros fatores, como seleção para entrada no mesmo. Então, percebe-se que são adolescentes de famílias em que a renda familiar é insuficiente, em muitos casos, é a única da casa no momento em que buscam pelo programa.

Talvez, por falarem de experiências, avaliações e expectativas individuais, isso não permita, no formulário utilizado para essa pesquisa, compreender a avaliação que os jovens fazem a respeito da forma como é realizado o trabalho pela instituição, porém, suas atividades e aprendizagem condizem com o objetivo do programa. Sendo assim, sugere-se avaliar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo programa pelos adolescentes atendidos. Outra sugestão que pode ser considerada é a avaliação da manutenção do impacto das participações nos programas educativos, para verificação de contribuições ou ausências dessas, que poderão ser observadas apenas após um tempo, quando for preciso colocar em prática seus conhecimentos e habilidades pessoais trabalhadas em um programa educativo em ambientes formais de trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981. (original de 1970).
- ABRAMO, H.W. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, Página Aberta, 1994.
- ALBUQUERQUE, M. S. L. **A inserção do jovem no mercado formal de trabalho**. 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- AMAZARRAY, M; THOMÉ, L; POLETTO, M; KOLLER, S. Perspectivas acerca do trabalho infanto-juvenil: ideologias, subjetividade e saúde do trabalhador. **Revista Laboreal**, Porto Alegre, v.3, n.2, p.22-28, 2007.
- ARTECHE, A. X; BANDEIRA, D. R. Bem-estar subjetivo: um estudo com adolescentes trabalhadores. **Revista de Psicologia**, Itatiba, v.8, n.2, p.193-201, jul.-dez. 2003.
- ARTECHE, A. X; BANDEIRA, D. R. Adolescentes trabalhadores: estratégias de *coping* e concepções acerca de sua situação laboral. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v.10, n.1, p.31-42, 2006.
- ASSIS, S. G. **Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta**: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BLEGER, J. **Psico-higiene e psicologia institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**, 2000. Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso em: 07 jun. 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da Aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar o jovem aprendiz. Brasília: Assessoria de Comunicação do MTE, 2006. Disponível em: http://www.feneis.com.br/arquivos/pub_MANUAL_DO_APRENDIZ_completo.pdf. Acesso em: 10 jul. 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico, 1998.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 181p. , 1990.

BRASIL. Poder Judiciário. Justiça do Trabalho. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, 2008. Disponível em: www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT/INDICE.html. Acesso em: 10 jul. 2008.

CENTRO de Orientação ao Adolescente de Campinas. **Relatório anual**. Campinas, 2007.

EIDELWEIN, K. A psicologia em projetos sociais de educação e trabalho. **Psicologia e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 62 – 66, set.-dez. 2005.

ERIKSON, E. **Einsicht und Verantwortung: Die Rolle des Ethischen in der Psychoanalyse**. Stuttgart: Ernst Klett Verlag, 1966.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FORGUS, R. H. **Percepção**: o processo básico do desenvolvimento cognitivo. São Paulo: Herder, 1971.

GAMA, M. R. **Percepção da fala**: uma proposta de avaliação qualitativa. São Paulo: Pancast, 1994.

GUARÁ, I. M. F. R. Modernidade, Adolescência e Subjetividade. In BATISTA, D. (org). **Cidadania e Subjetividade**: novos contornos e múltiplos sujeitos. São Paulo: Imaginário, 1997, p. 43-71.

GUIMARÃES, R. M; ROMANELLI, G. A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 7, n. 2, p. 117 – 126, jul.-dez. 2002.

- KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artmed, 1981.
- KNOBEL, M. Un enfoque psicosocial de la juventud contemporánea In: **Adolescencia, Cultura y Sociedad** (Cuadernos de La S.A.P.P.I.A). Buenos Aires: Ediciones Kargieman, 1971, p. 35-122.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática**. São Paulo: Ed. 34, 1993.
- LURIA, A. R. Curso de Psicologia Geral: **sensações e percepção**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v. 2.
- MARTINEZ, A. M. Trabajo infantil y subjetividad: una perspectiva necesaria. **Estudios de Psicología**. Brasília, v. 6, n. 2, p. 235-244, 2001.
- MAURO, M, L, F. **Saúde Mental do Adolescente Trabalhador**: um estudo sobre estudantes de escolas noturnas, do distrito de Barão Geraldo – Campinas, SP. 1996. 287 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Mental)-Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- MOUJAN, O. F. Adolescencia y Cultura. In: **Adolescencia, Cultura y Sociedad (Cuadernos de La S.A.P.P.I.A.)**. Buenos Aires: Ediciones Kargieman, 1971. p.65-93.
- MUSSEN, P. H; CONGER, J. J; KAGFAN, J. E; HUSTON, A.C. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. São Paulo: Harbra, 1995.
- ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. **Suplemento Brasil. Relatório Global 2006. A eliminação do trabalho infantil**: um objetivo ao nosso alcance. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/info/download/GR_2006_Suplemento_Brasil.pdf. Acesso em: 12 mar. 2007.
- PERALVA, A. T. O jovem como modelo cultural. **Revista Brasileira de Educação ANPED** – Juventude e Contemporaneidade, São Paulo, n.5/6, pp. 15-24, 1997.

RUBINSTEIN, S. L. **Princípios de Psicologia Geral: sensação e percepção**. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1973, v. 3.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 22 n.1, 2005

SEGNINI, L. R. P. Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em perspectiva**, v.14, n.2, 2000.

TRAVERSO-YEPÉS, M. A; PINHEIRO, V. S. Adolescência, Saúde e Contexto Social: esclarecendo práticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 14, n. 2, p.133–147, jul.-dez. 2002.

YOSHIDA, L. A. M; GIGLIO, J. S. Prevenção Primária em Saúde Mental com Adolescentes Trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas. In. GUIMARÃES L. A. M; GRUBITS, S. (Org.). **Série Saúde Mental e Trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, v. 1, p. 129-149.

ANEXO I**COMEC – Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas
PROCESSO DE SELEÇÃO**

Data ___/___/___

Nome _____

Apelido (como você gosta de ser chamado) _____

Sexo: () feminino () masculino Idade _____ D. Nascimento ___/___/___

Cidade onde nasceu: _____ Estado _____

RG _____ CPF _____

Carteira Profissional: número: _____ Série: _____

Nome do mãe _____

pai _____

Endereço _____ nº _____

Complemento _____ Bairro _____

CEP _____ Cidade _____

Ponto de referência _____

Fone _____ Celular _____

Fone recado _____

e-mail _____

Nome e telefone de quem encaminhou _____

Estado civil:

- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Viúvo (a)
- Divorciado (a)
- Separado (a)
- Amasiado (a)

Religião:

- Católica
- Espírita
- Evangélica
- Pentecostal
- Protestante
-

Outra: _____

- Não tenho

Raça:

- Branca
- Negra
- Amarela
- Vermelha
- Mestiça

Centro de Saúde onde é atendido _____

Nº do prontuário do Centro de Saúde _____

Escola em que estuda _____

Série _____ Período _____ Horário _____ às _____

Já repetiu? _____ Quantas vezes _____ Que série (s)? _____

Já trabalhou? _____ Onde? _____

Em que função? _____

Por quanto tempo? _____ Salário _____

Você tem algum curso profissionalizante? _____

Quais? _____

Onde fez o curso? _____

Você pretende estudar depois que terminar o segundo grau? _____

Já sabe o que quer estudar? _____

Alguém em sua família é doente? _____ Quem? _____

Qual doença? _____

Você mora em casa:

- Própria
- Alugada – Aluguel _____
- Cedida
- Invadida
- Financiada – Prestação ____
- Outra

Tipo:

- Apartamento
- Casa
- Cômodo
- Outros

Nº de cômodos _____

Nº de quartos _____

Asfalto:

- Sim
- Não

Água:

- Rede pública
- Poço/nascente
- Carro pipa
- Outro

Luz:

- Relógio próprio
- Sem relógio
- Relog. comunitário
- Outros

Esgoto:

- Rede pública
- Fossa rudimentar
- Fossa séptica
- Vala
- Céu aberto
- Outros

O que você faz nos finais de semana?

Se você tivesse direito a três desejos, o que você pediria?

Você já teve alguma experiência profissional? Comente.

O que você espera de um emprego e o que tem a oferecer?

O que você planeja pra o seu futuro? O que tem feito para alcançar?

Para que possamos nos conhecer melhor, escreva sua auto-biografia, incluindo os itens abaixo:

- **Nascimento e família;**
- **Educação e cursos;**
- **Um sonho de infância;**
- **O que você pensa sobre o futuro;**
- **Lazer;**
- **Um motivo de orgulho.**

Imaginando que você estivesse contratado(a) como adolescente aprendiz do Comec, prestando serviços de auxiliar administrativo numa empresa, o que você faria em cada uma das situações descritas abaixo:

- Seu chefe restringe suas atividades de trabalho a funções como fazer e servir café, lavar louça, retirar o lixo, limpar mesas e varrer a sala.
- Você acordou muito indisposto, com febre e dor no corpo. Não está se sentindo bem para trabalhar.
- Um(a) colega de trabalho, funcionário(a) da empresa, te convida para sair e você percebe que ele(a) está dando em cima de você.
- Você cometeu um erro grave no seu trabalho que irá prejudicar o andamento da empresa.

Resolva os seguintes problemas:

1. Sabe-se que para cada dia de trabalho em uma construtora, Edson recebe R\$ 13,50. No final de uma semana de trabalho, Edson recebeu o equivalente a seis dias e gastou R\$ 51,00 desse dinheiro. O restante Edson repartiu igualmente entre seus 3 filhos. Que quantia cada filho recebeu?

RESPOSTA: _____

2. Comecei a trabalhar e receber 320,00 por mês. Se eu guardar 10% do meu salário todos os meses, quanto conseguirei juntar em 12 meses?

RESPOSTA: _____

ANEXO II

**CENTRO DE ORIENTAÇÃO AO ADOLESCENTE DE CAMPINAS
ENTREVISTA DE ADMISSÃO E DEMISSÃO**

1- IDENTIFICAÇÃO

Data: ____/____/____

Nome: _____

Telefones: adolescente _____
responsáveis _____

e-mail: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Idade de Admissão: _____ Idade de Demissão: _____

2-DADOS FUNCIONAIS

Data Admissão ____/____/____

Empresa _____

Data Demissão ____/____/____

Empresa _____

3-TÉRMINO DO CONTRATO

Motivo da demissão _____

Tempo no Projeto _____

4-ESCOLARIDADE

Admissão _____ Demissão _____

Repetência: Sim () Não () Série: _____ Número de vezes: _____

5- EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA NA CAPACITAÇÃO

6- EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO PROJETO

7- AVALIAÇÃO PESSOAL

admissão: _____

demissão: _____

8- EXPECTATIVA

admissão: _____

demissão: _____

9 – DADOS ATUAIS (para preencher na demissão)

TELEFONES: adolescente _____

responsáveis _____

E-MAIL: _____

10- AVALIAÇÃO DO COMEC

Participação em Reuniões: Capacitação: Adolescente _____

Responsável _____

Trabalho: Adolescente _____

Responsável _____

11- REFERÊNCIAS

Carta: Sim () Não ()

Curriculum: Sim () Não ()

Vai ser contratado na empresa? Sim () Não ()

Já tem outro emprego em vista? Sim () Não ()

12- OBSERVAÇÕES

13- ENTREVISTADOR

Admissão: _____ Data: ____/____/____

Demissão: _____ Data: ____/____/____

Assinatura Resp _____ Assinatura Resp. _____

Assinatura Adolesc. _____ Assinatura Adolesc. _____

ANEXO III

Termo de Consentimento - Institucional

O Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC, autoriza a pesquisadora Maitê Menegazzo Allegretti, estudante da pós-graduação do Programa de Mestrado da Psicologia da Saúde, da Universidade Metodista de São Paulo, a utilizar dados coletados pelos adolescentes acompanhados de seus responsáveis legais, na sua entrada no Programa de Educação para e pelo Trabalho, permanência e desligamento do mesmo. Sendo utilizados dois formulários para coleta de dados. Também foi informado que essa pesquisa se propõe a entender o sentido do trabalho para a vida de jovens populares urbanos que participam do Programa de Educação para e pelo Trabalho do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC. São adolescentes que foram encaminhados pela rede de serviços e de ensino, e adolescentes encaminhados pelo Programa de Liberdade Assistida - L.A. O nome do projeto é **“Educação e Trabalho: as interfaces da promoção da saúde e um programa de aprendizagem profissional”**, pesquisa que está sendo conduzida por Maitê Menegazzo Allegretti sob a orientação da Prof. Dra. Maria Geralda Viana Heleno. A participação da instituição constituirá em emprestar os formulários preenchidos pelos técnicos, junto com os adolescentes, tendo a garantia de que essas informações serão confidenciais e que o nome dos adolescentes será mantido em sigilo.

Data: _____

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP-UMESP

Título do Projeto de Pesquisa: As interfaces da promoção da saúde em um programa de aprendizagem profissional.

Pesquisador Responsável: Maitê Menegazzo Allegretti

Curso/Faculdade: Faculdade de Psicologia.


O Comitê de Ética em Pesquisa reunido em **16/02/2009** deliberou como segue sobre o protocolo em questão:

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo caracterizar uma amostra de adolescentes; compreender a percepção dos adolescentes no processo vivido no período da capacitação; identificar as expectativas na admissão, demissão e desligamento do programa. Trata-se de pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa realizada por meio de análise dos prontuários de adolescentes que participavam de um programa de Aprendizagem Profissional – PAP. A amostra é composta por 280 prontuários de adolescentes, sendo a) 194 formulários de adolescentes que foram desligados da instituição: arquivo morto. Esse material pertence a um centro de orientação para adolescentes que contava com o programa PAP. Após leitura, análise do projeto e exame criterioso de todos os itens que compõem os documentos do Protocolo de Pesquisa, incluindo os itens presentes no Roteiro de Checagem para o parecerista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE foi constatado que nada consta no processo que fira os princípios e normas da ética em pesquisa.

O CEP-UMESP considera o projeto de pesquisa **APROVADO**, lembrando que a condição de aprovação da pesquisa propriamente dita exige o que segue:

- Que sejam encaminhados ao CEP-UMESP relatórios anuais sobre o andamento da pesquisa (parciais e finais)
- Que sejam notificados ao CEP-UMESP eventos adversos que tenham ocorrido no curso da pesquisa e que sejam significativos do ponto de vista ético e metodológico;
- Que sejam notificadas eventuais emendas e modificações no protocolo de pesquisa

São Bernardo do Campo, 16 de fevereiro de 2009.


Prof. Dr. Nilton Abreu Zanco
Coordenador do CEP-UMESP

FICHA CATALOGRÁFICA

A152i	Allegretti, Maitê Menegazzo As interfaces da promoção da saúde e um programa de aprendizagem profissional / Maitê Menegazzo Allegretti. 2009 101 f.
	Dissertação (mestrado em Psicologia da Saúde) –Faculdade de Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.
	Orientação de: Maria Geralda Viana Heleno
	1. Promoção da saúde 2. Adolescência 3. Instrução programada - Trabalho I. Título
	CDD 157.9